

### FOI PROLONGADO O PRAZO DO RECENSEAMENTO ELEITORAL

O PCP votou na Assembleia da República a favor do prolongamento do prazo de recenseamento eleitoral. Na sua declaração de voto sublinhou que é nas zonas de maior influência do nosso Partido que os resultados já obtidos mais se aproximam das metas e saudou a dedicação e elevada consciência cívica e política de todos os que com o seu trabalho tornaram possível o que já se conseguiu e que são agora chamados a um novo esforço ao serviço da liberdade e da democracia — Pág. 9



Na guerrilha — Gravura do artista cubano René Mederos

Pág. 12

## Cambodja a vitória do povo

## Algumas perspectivas do trabalho ideológico para 1979

Páginas centrais



Pág. 6

Numerosos delegados e convidados participaram na assembleia de célula da Carris

## ASSEMBLEIA DE CÉLULA DA CARRIS



«Avante!» inicia neste número (pág. 10) a publicação de informação sobre as iniciativas ligadas ao Ano Internacional da Criança e que prosseguirá regularmente durante os próximos doze meses



APOIO À REFORMA AGRÁRIA  
CAMPANHA DE ASSINATURAS

Pág. 9

## SOLIDARIEDADE COM O VIETNAM

Tarefas imediatas impostas pelas graves consequências dos temporais que assolaram o Vietnam libertado colocam-se à grande iniciativa da formação do Movimento de Solidariedade com o Povo do Vietnam — Pág. 2

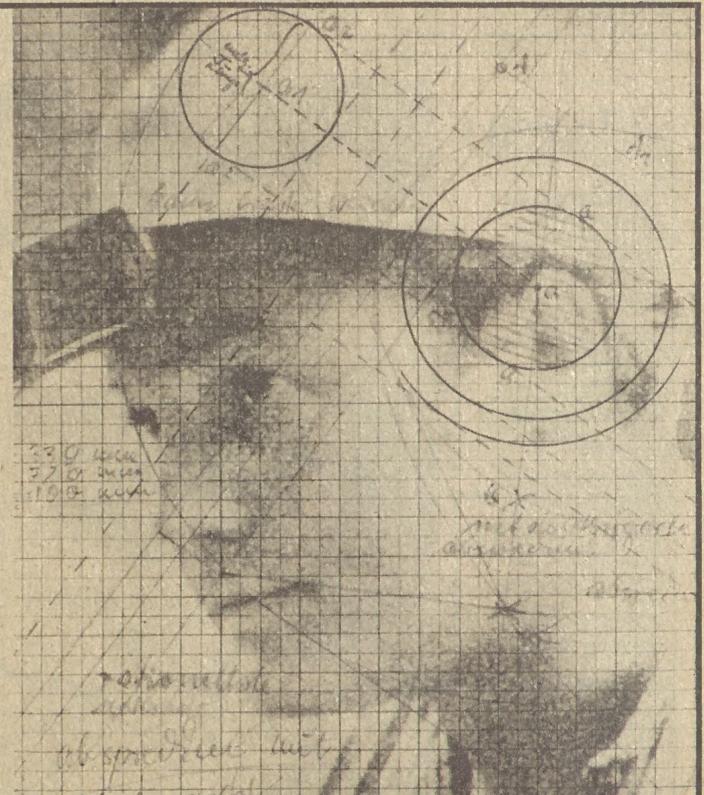
## Reforço da organização no concelho de Alcobaça

A corajosa e determinada acção dos militantes comunistas de Alcobaça tem modificado de forma importante o panorama da organização que defrontou violentas acções das forças reaccionárias

Pág. 6

- Encontro Nacional para os Quadros Técnicos
- Encontro Nacional das Organizações do PCP sobre Cultura Física e Desporto

Pág. 3



Editorial

PROVADO QUE O GOVERNO NÃO SERVE

Menos de um mês decorrido sobre a passagem na Assembleia da República do Governo Mota Pinto/PPD, as realidades encarregam-se de demonstrar que as posições assumidas pelo PCP foram correctas...

Um governo contra a Constituição

Sublinhou o PCP desde sempre que a fórmula do IV governo não se coaduna com o quadro constitucional tanto quanto surge arredado dos partidos e mesmo da própria Assembleia da República.

Que a definição de "independente" atribuída ao executivo era uma fábula desmentida pela participação de quadros do PPD e do PPM e pelo apoio que especialmente o partido de Sá Carneiro lhe concedia foi uma verdade que desde logo assumiu uma evidência cristalina.

Mas o congénito afastamento do quadro institucional assumido pelo governo rapidamente se transformou numa violação. O governo Mota Pinto/PPD estava pela sua fórmula fora do quadro da Constituição, está pela sua prática objectivamente contra ela.

Um governo contra a economia nacional

No campo económico, os princípios orientadores da democracia portuguesa são completamente ignorados pela acção governativa.

A ofensiva contra a Reforma Agrária prossegue, recorrendo à sabotagem económica e à violência brutal, à ilegalidade e ao arbítrio. Os atropelos do MAP trazem em si a marca de classe da política prosseguida: a marca dos grandes latifundiários, dos homens que constituíram os "apoios incondicionais" do fascismo.

No campo das nacionalizações, a execução das medidas restritivas do FMI encontrou no governo Mota Pinto/PPD um executante diligente e empreendedor. As restrições de crédito, o corte de investimentos, etc. prosseguem, a par e passo com manobras, pouco claras na forma mas transparentes nos objectivos, de equipas de gestão da banca nacionalizada e de empresas públicas.

Com as imposições sobre a liquidação de dívidas à Previdência, avançando exigências ao sector nacionalizado que não se aplicam ao sector privado (ele também devedor de parte substancial dos 25 milhões de contos devidos à Previdência), o governo - sem garantir a solução dos problemas das Caixas - cria ao sector público dificuldades financeiras e económicas intransponíveis, que podem agravar ainda mais a situação criada pela política de recuperação capitalista.

Refira-se aliás - e muito significativamente - que as medidas governamentais ignoram por completo as sugestões dos sindicatos, nas quais os trabalhadores (principais atingidos pela situação da Previdência) apresentam propostas realistas e de acordo com os interesses nacionais.

Ao mesmo tempo que ataca o sector nacionalizado, o governo não hesita nos seus apoios ao capital privado. As desintervenções escandalosas, aos contratos de viabilização que colocam elevadas somas nas mãos dos capitalistas, à afadigada pressa de conceder indemnizações (de que é exemplo a recente legislação sobre as indemnizações aos agrários), soma-se a complicitade com as manobras de reconstrução dos empórios monopolistas. A tolerada acção da Melo-Deutsche-Morgan, à complacência face à ilegalidade da própria existência da Sofil, juntam-se às desintervenções nas Caixas Económicas dos Açores e às projectadas autorizações para a constituição de "sociedades de investimento".

Mas a esta política de facto acrescenta-se ainda o apoio aberto ao esforço de aglutinação dos interesses do grande capital e de elaboração de uma alternativa programática capitalista ao quadro constitucional de que o "Congresso das Actividades Económicas" é um passo importante. Que António Champalimaud se sente à mesa com Vasco de Melo, da CIP, ou com Casqueiro, da CAP, é um conciliábulo familiar que a ninguém surpreende; que a seu lado tomem lugar os políticos do CDS e do PPD é de todo natural; mas que o primeiro-ministro do IV Governo constitucional participe nas elocubrações dos inimigos declarados da Constituição, nos trabalhos preparatórios da definição da estratégia económica e política dos que pretendem liquidar a Constituição - eis o que assume dimensões inadmissíveis.

Um governo contra as liberdades

Nos métodos a que recorre para impor a sua política económica, nos campos do Alentejo ou nas empresas que devolve ao patronato sabotador, o governo Mota Pinto/PPD evidencia que não hesita em ignorar os direitos conquistados duramente pelos portugueses para impor uma política que os portugueses rejeitam.

Nos órgãos de comunicação, a ofensiva governamental reflecte a necessidade inerente a um governo com uma política antipopular de se erguer contra os

direitos e liberdades e de assegurar o controlo dos meios que podem continuar a expressar o repúdio pelos seus objectivos e processos. O ministro Promeça de Carvalho surge como um expoente significativo do desejo de andar depressa e de qualquer forma para desde já assegurar a direita o controlo da Imprensa, da Rádio e da Televisão que possam até sobreviver a um executivo para que não se vislumbre grande futuro.

Aberto o contencioso com a RTP e a RDP logo nas primeiras horas, os saneamentos não se fizeram esperar; a desintervenção do "Diário de Lisboa" é feita de forma a manifestamente pôr em causa a sobrevivência do jornal; anulam-se manobras contra o "Diário Popular", e mesmo de reprivatização do Rádio Clube Português, a entregar não certamente aos trabalhadores que fizeram dele a Emissora da Liberdade, mas aos proprietários que dele se haviam utilizado para apoiar a ditadura de Salazar e o fascismo espanhol na guerra civil.

A arrogância palavrosa do primeiro-ministro, estadeada desde logo na Assembleia da República, continuada nas suas diatribes contra trabalhadores e democratas, as sinuosidades do advogado de Champalimaud erigido em ministro da Comunicação Social, as vacuidades reaccionárias e ameaçadoras da equipa de monárquicos e dirigentes da CAP instalada no Ministério da Agricultura, enquadra um desprezo pela democracia e pelos direitos que a prática confirma.

Um governo contra os trabalhadores

É, naturalmente, na ofensiva contra os trabalhadores que de forma mais clara se manifesta a verdadeira face do governo Mota Pinto/PPD. São problemas de forma e de fundo.

É contra os trabalhadores que se lança a ofensiva para devolver as terras aos agrários. É contra os trabalhadores que se desenvolve a ofensiva e se aceita o crescimento de desemprego, as ameaças de aumentar, a repressão patronal em fábricas e empresas.

O decreto contra as Comissões de Trabalhadores da Função Pública é claramente um balão de ensaio para uma mais vasta ofensiva. Curiosamente, é tão rapidamente aplicado a um esforço de esclarecimento no Gabinete da Área de Sines que se pergunta se a presteza da medida não visaria também impedir a intervenção dos trabalhadores no desvendado do que é já um escândalo nacional. Mas no texto da repressiva disposição legal, as próprias palavras têm um eco a fascismo: isso das "vulgarmente designadas Comissões de Trabalhadores" não só ignora uma realidade inscrita na Constituição como faz sombriamente lembrar despachos de pronúncia de Tribunais Plenários e notas oficiosas da PIDE! As "chamadas Comissões de Trabalhadores", o "chamado Partido Comunista Português", "Chamados" de facto pelo povo português,

"vulgarmente designadas" de facto pelos trabalhadores. Mas o governo Mota Pinto/PPD não faz suas as palavras do povo, dos trabalhadores, da Constituição.

Os "esclarecimentos" sobre o congelamento de salários, a tentativa ilegal de fazer vigorar a limitação de aumentos salariais, as ameaças e insinuações que rodearam as declarações governamentais integram-se numa acção virada contra os trabalhadores.

A ofensiva extravasa, porém, do quadro governamental e movimentam-se outras forças: as do divisionismo sindical, a que o PS veio recentemente dar um aval que nem por não surpreender ninguém deixa de ser grave. Depois de terem assumido a responsabilidade histórica de deixar passar o governo mais à direita depois de 25 de Abril, os dirigentes socialistas insistem no seu objectivo de dividir o movimento sindical, de separar uma frente decisiva de defesa da democracia e da Constituição, de assegurarem ao patronato e à direita o seu apoio à política que sozinhas não conseguem pôr em prática. PS, PPD e CDS reúnem-se fraternalmente para criarem novos sindicatos... independentes dos partidos! Tal como se reúne para apoiar explícita ou implicitamente um governo... independente dos partidos!

Um governo responsável pela continuação e agravamento do desemprego, pelo prosseguimento do agravamento do custo de vida, pela deterioração das condições de vida do povo português.

Um governo que não serve

O PCP afirmou-o durante o debate do programa de governo, mantém e reforça essa afirmação: o governo Mota Pinto/PPD não resolverá nenhum dos problemas nacionais e agrava-os-á a todos. Contudo, a prática do executivo revela-se não apenas um factor de agravamento como mesmo de criação de situações de facto perigosas para a Constituição e para a democracia. A política de direita de um governo de direita serve os interesses da direita, derrotada nas eleições mas que pretende rapidamente pôr em prática os seus objectivos.

Nestas circunstâncias, falar da necessidade do reforço da unidade de todos os democratas, de todos os trabalhadores não se limita a repetir uma orientação necessária: é apontar um esforço indispensável, tornado, se possível, ainda mais premente pelo agravar dos perigos e pelo redobrar da ofensiva.

A defesa intransigente da Reforma Agrária não é apenas uma tarefa dos trabalhadores da Reforma Agrária: é um imperativo nacional. A defesa da unidade sindical não é uma necessidade vital deste ou daquele sector profissional: é uma exigência global para todos os portugueses. O entendimento entre todos os democratas não é uma necessidade apenas, é a única forma de barrar o caminho à ofensiva das forças que pretendem fazer voltar Portugal ao passado.

Ataque às CTs ataque à Constituição

As Comissões de Trabalhadores são organizações legais. Se perguntarmos a um trabalhador que nelas participa o que significa para ele essa legalidade, a resposta pode não agradar a um jurista do Governo mas conterá certamente um elemento essencial e justo: foram as CTs que impuseram a sua legalidade como conquista de Abril que a Constituição consagrou.

Em síntese, podemos dizer que essa legalidade é a mais legítima. Não foi "oferecida" por ninguém. Foi conquistada como Abril o foi.

É essa legalidade que resiste contra a escalada da ilegalidade. Os trabalhadores não esperaram por nenhum texto legal para porem em prática as suas estruturas organizativas nas empresas.

Afastada a repressão fascista e aproveitando inclusivamente em muitos casos a experiência das Comissões de Unidade Impulsionadas durante o fascismo, os trabalhadores avançaram com as CTs sempre que a necessidade delas se fez sentir para a salvaguarda dos postos de trabalho, contra o abandono e a sabotagem dos meios de produção, contra a gestão dolosa e negligente das empresas, contra os desvios ilegais de fundos e de divisas, pelo cumprimento dos Contratos Colectivos de Trabalho, pelo investimento e contra a descapitalização, contra o desemprego e a ameaça de despedimentos, contra o não pagamento deliberado a fornecedores, contra a repressão patronal pelos direitos, liberdades e garantias sindicais.

É essa a legalidade que resiste. É a legalidade baseada na necessidade e cumprida com disciplina.

A Constituição pode ser revista. Contém ela própria os mecanismos para isso. Mas será ilusório pensar mantendo-se a legalidade democrática e sem recurso à repressão, que uma revisão constitucional, como a pretende a direita, possa acabar com as Comissões de Trabalhadores e com o seu papel na defesa do legítimo interesse nacional.

A legalidade precisa de condições. Não pode ser imposta contra as realidades concretas, contra a vida das empresas e dos seus trabalhadores. Legislar contra essas realidades para facilitar, inclusivamente, a revisão constitucional pretendida pela direita, é incentivar a repressão contra as liberdades democráticas, contra os direitos e garantias dos trabalhadores.

Por isso nunca é demais sublinhar a necessidade de todas as forças de esquerda, de todos os democratas apoiarem a legislação para proteger as Comissões de Trabalhadores da escalada para as destruir.

As "vulgarmente chamadas" Comissões de Trabalhadores como sobranceiramente as refera o Conselho de Ministros ao atacar as da Função Pública são consagradas com esse nome na Constituição. O travo evidente de ilegalidade que pressupõe a expressão "vulgarmente chamadas" obriga a recordar ao Governo a Lei Fundamental do País, que não deixa essas estruturas representativas dos trabalhadores ao arbítrio seco de qualquer despacho ministerial.

Ao atacar as Comissões de Trabalhadores é o próprio Governo que entra no trilho da ilegalidade. A Constituição não afasta qualquer trabalhador, esteja ao serviço de quem estiver, do direito de criar Comissões de Trabalhadores e nelas participar com os direitos que a Lei define.

Mas a ilegalidade da decisão do Conselho de Ministros não atinge apenas a Função Pública. Balão de ensaio que os trabalhadores furarão, os ataques às CTs da Função Pública tiveram já o seu eco em empresas públicas, como se já estivesse criado um precedente favorável à aniquilação completa do controlo de gestão.

Mas os desejos não são realidades. À ilegalidade das decisões governamentais os trabalhadores saberão opor as realidades concretas que criaram, as conquistas que souberam defender.

Movimento de solidariedade com o Povo do Vietnam

Por iniciativa de centena e meia de personalidades da vida portuguesa, democratas de várias tendências, deputados comunistas e socialistas, intelectuais, médicos, advogados, técnicos e professores, foi recentemente lançado um Movimento de Solidariedade com o Povo do Vietnam.

Tal como sublinham os subscritores da declaração divulgada na altura do lançamento da iniciativa, "o povo do Vietnam não chegou ao fim dos seus sofrimentos". Com efeito, "não são apenas as dificuldades de um país a braços com a reconstrução exigida pela situação catastrófica em que o deixou uma duríssima guerra. Outra vez se acendem conflitos naquela região. A paz está ameaçada."

Trinta anos de intensa luta, primeiro contra o domínio colonial francês, depois contra a agressão norte-americana, tornaram o povo vietnamita o "símbolo e a imagem viva do combate pela autodefinição dos povos e pelo direito à independência nacional. E de tal maneira que o seu exemplo, além de ter sido um dos baluartes mais sólidos do grande movimento anti-imperialista, veio a ser também factor de consciencialização política da juventude de todo o mundo, incluindo a dos Estados Unidos, no sentido do respeito pelos valores da paz e vontade dos povos. Ao lutar por si próprio, o povo vietnamita ajudou a formar consciências."

Em parte alguma a destruição foi tão longa - salientam os democratas portugueses que agora lançaram o Movimento de Solidariedade com o Povo do Vietnam. Quinze milhões de toneladas de bombas e obuses norte-americanos deixaram um país completamente arrasado: um terço da população está ainda por alojar,

afirmar claramente uma presença solidária e fraternal".

O lançamento de uma campanha nacional de informação sobre a vida actual do povo vietnamita, o aprofundamento dos laços de amizade entre os povos de Portugal e do Vietnam, o desenvolvimento das relações diplomáticas activas e o encorajamento da solidariedade moral e de acções de auxílio material - são as iniciativas centrais propostas pelos subscritores da declaração, a qual afirma ainda:

"Urge, enfim, criar, imaginar, realizar, para que no movimento geral de solidariedade que decerto apoiará o Vietnam na luta pela reconstrução pacífica o povo português tenha também parte e intervenção".

Os subscritores da declaração

São os seguintes os subscritores da declaração do Movimento de Solidariedade com o Povo do Vietnam:

Fernando Pereira Santos, professor da Faculdade de Letras de Lisboa; João Tito de Moraes, administrador da ANOP; Manuel Alpedrinha, jornalista; Nuno Rodrigues dos Santos, deputado; Aurélio Santos, António Galhordas, Anselmo Anibal, Álvaro Rana, Alda Nogueira, Avelãs Nunes, António Abreu, Afonso Barros, Abel Mendes, Alda Fernandes, Alfredo Trindade, Alice Nicolau, Álvaro Oliveira, Alexandre Morgado, Ana Maria Alves, Ana Maria P. Figueiredo, António Bernardes, António José P. Pinto, António Calisto da Silva, António Bárbara Nunes, António Manso Pinheiro, António Manuel B. Vieira, António Miranda Ribeiro, António Redol, António Vicente Martins, Arnaldo Araújo Ayres Neves, Armanda Stuart Mascarenhas, Blasco Hugo Fernandes, Bernardo Santareno, Barradas de Carvalho, Borges Coelho, Carlos Abioim Inglês, Carlos Candal, Carlos Carvalhas, Cândido de Azevedo, Caldeira Rodrigues, Carlos Wallenstein, Cunha Serra,

Cândido de Almeida, Carlos Monteiro, Célia Ramos, Duarte Vidal, Domingos Horta, Eduardo Sousa Ferreira, Eduardo Cortesão, Eduardo Calvet Magalhães, Eduardo Duarte, Emanuel Marques dos Santos, Ernesto Azevedo, Eugénio Pinto Basto, Fernando Branches Ferrão, Fernanda Vargas, Fernando Flores, Fernando Gabriel, Fernando Lourenço, Francisco Pina, Gualter Basílio, Goucha Soares, Georgette Banet, Grácio Lopes, Helena Bruto da Costa, Henrique Riuvo, Humberto Morgado, Irene da Silva Cruz, Irene Cruz, Jacinto Prado Coelho, José Magalhães Godinho, José Barata Moura, José Carlos Vasconcelos, José Rodrigues, José Manuel Nunes, José Saragamo, Joaquim Letria, João Costa Pinto, Joaquim Benite, José Arnaut Gonçalves, José Barros Moura, José Campelo, José Carvalheira Antunes, José Coelho, José Jorge Letria, José Duarte, Judite Cecilia, José Mariquesa, Kalidás Barreto, Luis Francisco Rebelo, Luisa Dias Amado, Luis de Azevedo, Levy Baptista, Lopes de Almeida, Luis Cilia, Luis Leite Vasconcelos, Luis Nabais, Luis Pessoa, Mário Riuvo, Mário Murteira, Mário Bruxelas, Monteiro Baptista, Mário Beja Santos, Maria Antónia Palla, Madalena Gonçalves, Magda Jorge, Manuel Banet Monteiro, Manuel Sobral, Manuela Bruxelas, Manuela Vasconcelos, Maria do Céu Pessoa, Maria Dulce Matos, Maria Estrela Serrano, Maria Helena C. Santos, Maria Helena Pato, Maria Leonor Palma Carlos, Maria de Lurdes Martins, Maria Manuela L. Carvalho, Maria Teresa Pizarro, Maria Manuela S. Louro, Mário Vieira de Carvalho, Nelson Matos, Pedro Ramos de Almeida, Paulo Quintela, Pedro Alvim, Pedro Gonçalves, Raul Rego, Ramon de la Féria, Rolando Sá Nogueira, Raul Calado, Raul Castro, Raul Grácio, Rogério Neto, Rogério Paulo, Raul Reis, Rui Cabeçadas, Rui Pedro, Rui Ribeiro, Sérgio Carvalhão Duarte, Sousa Marques, Sebastião Torres, Teresa Ambrósio, Teresa Coelho Lopes, Teresa Dias Coelho, Teresa Santos Ferreira, Urbano Tavares Rodrigues, Vânia Chaves, Vilaverde Cabral, Vitor Faria e Silva, Vitor Viçoso e Zillan Branco.

Avante! Proletários de todos os países UNI-VOS! O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo. PROPRIEDADE: Partido Comunista Português. Rua Soares Pereira Gomes - Lisboa-4. Tel. 768345. ADMINISTRAÇÃO: Editorial Avante, S.A.R.L. Av. Santos Dumont, 57-2-D. Lisboa-1. Tel. 769744/769751. DIRECCÃO E REDACÇÃO: Rua Soares Pereira Gomes - Lisboa-4. Tel. 769725/769722. DISTRIBUIÇÃO: CDL, Central Distribuidora Livraria, S.A.R.L. Central: Rua Pedro Nunes, 9-A - Lisboa-1. Tel. 769744/769751. Centro Distribuidor de Lisboa: Av. Santos Dumont, 57-C - Lisboa-1. Tel. 769705. Casa de Venda em Lisboa: Rua do Século, 20 - Lisboa-2. Tel. 372238. Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 57B - Porto. Tel. 28934. Casa de Venda: R. do Almada, 18-2 - Esq. - Porto. Tel. 310441. Centro Distribuidor do Centro: Terreiro de Erva, 6 - Coimbra. Tel. 28394. Centro Distribuidor de Santarém: R. Pedro de Santarém, 41 - Santarém. Tel. 24564. Centro Distribuidor de Setúbal: Rua de Angola, 23-A - Setúbal. Tel. 25417. Centro Distribuidor do Alentejo: Alarcova de Baixo, 13 - Évora. Tel. 26361. Centro Distribuidor do Algarve: Rua 1.ª de Dezembro, 23 - Faro. Tel. 24417. ASSINATURAS: CDL, Departamento de Venda Directa, Av. Santos Dumont, 50 - Lisboa-1. Tel. 763701. PUBLICIDADE: Lisboa: R. Pedro Nunes, 9-A - Lisboa-1. Tel. 41787. Composto e Impresso na Heika Portuguesa - R. Elias Garcia, 27 - Venda Nova - Amadora. Tiragem média do mês de Dezembro: 76 600



Apoio urgente

A solidariedade que todos os democratas, operários, empregados, estudantes, intelectuais e jovens, poderão dar a sua activa colaboração e participação; é que o povo do Vietnam atravessa neste momento uma etapa difícil da sua História, etapa essa que, para ser superada, necessita através de uma ajuda solidária e material de todos os povos e países que apoiem os esforços do Vietnam no sentido da reconstrução nacional, ou seja da edificação de um país arrasado pelo imperialismo.

Assim, a produção de bens alimentares não ultrapassará os 16 milhões de toneladas, pouco mais de metade do que tinha previsto o plano quinquenal. Depois da intensa luta contra o colonialismo francês e, posteriormente, contra a agressão norte-americana, o povo do Vietnam, cuja grandiosidade, coragem e determinação continuam inabastáveis tem de ultrapassar esta grave situação.

Quadros técnicos

# Comissão Nacional planifica o trabalho preparatório do Encontro

Os membros da Comissão Nacional para o Encontro dos Quadros Técnicos reuniram-se no passado sábado no Centro de Trabalho Vitória, encontrando-se presente o camarada Carlos Brito, membro da Comissão Política do Comité Central. Em número de algumas dezenas, os camaradas, para além de terem feito a entrega, por escrito, das informações sobre o andamento dos trabalhos preparatórios em cada Organização Regional, cumpriram a Ordem de Trabalhos, cujo primeiro ponto foi a marcação da data prevista para o Encontro e a nova fase

da preparação do mesmo. Consideraram os elementos da Comissão Nacional que o balanço efectuado quanto ao trabalho preparatório do Encontro revelou as grandes possibilidades de enriquecer ainda mais as contribuições dos Quadros Técnicos comunistas e de outros democratas, de alargar e intensificar o debate dos temas e documentos e, assim, decidiram marcar o Encontro para 24 e 25 de Março próximo.

A programação e metodologia foi também outro dos pontos discutidos, tendo sido estudado um calendário que,

na generalidade, estabeleceu etapas a cumprir até à realização do Encontro. Assim, até à próxima reunião da Comissão Nacional, prevista para o dia 10 de Fevereiro, decidiu-se lançar mais sistematicamente o debate — apuramento dos temas A — Situação dos Quadros Técnicos na Sociedade —, a dinamização em cada zona, a reformulação, até 3 de Fevereiro (data da reunião do Executivo), dos temas B/C — Os Quadros Técnicos na Acção Sectorial e A Técnica, a Sociedade Democrática e os Quadros Técnicos.

A realizar até 17 de Março

e antes dos últimos preparativos e apuramento final do Encontro, prevêem-se Encontros regionais e sectoriais, a preparação das intervenções principais e decisões sobre alguns aspectos de funcionamento técnico e de apoio a esta grande realização que o Partido promove.

O Balanço dos Temas A, que tratam globalmente das questões profissionais de cariz laboral e social dos Quadros Técnicos, com vista a formar uma configuração nacional, globalizante, coerente e nitida da respectiva camada social e diagnosticando os seus prin-

cipais problemas — assim é definido o tema no índice proposto por um documento há tempos distribuído — constitui o terceiro ponto da Ordem de Trabalhos que orientou a reunião de sábado, com vista, entre outras coisas, a apurar a participação e discussão elaborada à volta do tema.

Finalmente, um projecto de documento de apresentação pública do Encontro foi estudado pelos elementos da Comissão Nacional, cujos trabalhos encerraram ao fim da tarde.

## Avança em todo o país a preparação do Encontro do PCP sobre desporto

- Reunião da Comissão Nacional no sábado
- As inscrições para o Torneio de Xadrez da DORL terminam amanhã

Prossegue em todo o país, e em muitos sectores com grande entusiasmo, a preparação do Encontro das organizações do PCP sobre cultura física e desporto, que se realizará no primeiro fim-de-semana do próximo mês de Março.

Neste momento, uma das principais frentes de trabalho é a elaboração do documento global, na base das numerosas contribuições das comissões de apoio e dinamização que têm funcionado por iniciativa de centenas de comunistas, simpatizantes do Partido e muitos outros democratas com ou sem filiação partidária que, por diversos motivos, estão ligados aos problemas da actividade desportiva e da cultura física.

Um dos aspectos que tem caracterizado a preparação do Encontro é, aliás, a ampla participação unitária, o que tem tomado mais rico o debate desenvolvido em torno das grandes e pequenas questões que a iniciativa tem levantado, nomeadamente sobre a análise da presente situação da cultura física e do desporto no nosso país e sobre as medidas a adoptar por uma nova política orientada para a democratização, redefinição e dinamização daquele importante sector da vida nacional.

No entanto, o Partido mantém e reforça o convite que formulou a todos os interessados para participarem no trabalho preparatório do Encontro, em franco e aberto diálogo com as organizações e militantes comunistas e com as comissões de apoio e dinamização constituídas um pouco por todo o país, junto das quais podem colaborar para debater os complexos problemas da cultura física e do desporto, e para intervir na procura de soluções e para ajudar a organização do Encontro. Trata-se, pois, de um convite dirigido a todos os democratas interessados, nomeadamente aos praticantes e técnicos desportivos, professores de educação física e educadores em geral, activistas de colectividades, associações, federações e outros organismos ligados à cultura física e ao desporto, eleitos das autarquias, activistas do movimento sindical, comissões de trabalhadores e moradores.

O Encontro, que na sua fase final funcionará em sessões plenárias e por secções, abordará, tal como o «Avante!» já divulgou, os seguintes temas: A cultura física, o desporto e os trabalhadores, o associativismo, as autarquias, o ensino,

a saúde, a mulher, a juventude, a infância e a comunicação social; formação de quadros; democratização: orgânica e estruturas; desporto de alta competição: federação/trabalhadores/escolar; política orçamental; política de construções e equipamento; investigação científica; ideologia, cultura física e desporto; e legislação, cultura física e desporto.

### 2.ª fase preparatória

O documento global — dividido por secções e por grandes temas comuns — estará concluído, o mais tardar, até ao fim da próxima semana. Depois, será enviado a todas as organizações do Partido e distribuído às comissões de apoio e dinamização do Encontro, iniciando-se, então, a segunda fase preparatória da iniciativa, na qual a direcção central do trabalho será a da participação de todos os grandes sectores da organização na divulgação, apreciação e debate dos temas abordados na proposta — dividido por



Diversas iniciativas desportivas têm-se enquadrado na preparação do Encontro

secções e por grandes temas comuns — estará concluído, o mais tardar, até ao fim da próxima semana. Depois, será enviado a todas as organizações do Partido e distribuído às comissões de apoio e dinamização do Encontro, iniciando-se, então, a segunda fase preparatória da iniciativa, na qual a direcção central do trabalho será a da participação de todos os grandes sectores da organização na divulgação, apreciação e debate dos temas abordados na proposta — dividido por

a participação dos camaradas e amigos que têm vindo a colaborar na preparação da iniciativa. O envio de propostas de alteração deverá ser feito para o Executivo da Comissão Organizadora Nacional.

Entretanto, realiza-se no próximo sábado de manhã, em Lisboa, a segunda reunião da Comissão Organizadora Nacional, na qual será feito o balanço do trabalho já efectuado. A reunião apontará, também, tarefas e específicas ligadas à realização e organização do Encontro.

### Iniciativas

Realizações de carácter diverso continuam a assinalar o trabalho de preparação e divulgação do Encontro do Partido sobre cultura física e desporto. Recentemente, decorreram sessões de Chamusca, Seixal (onde houve um torneio de futebol de salão e outro de damas, um festival de ginástica infantil, uma exposição e um convívio para crianças) e S. Ilha de Azóia (onde, além de um festival desportivo, houve um colóquio com o jornalista Carlos Pinhão).

Hoje realiza-se uma reunião da Comissão Concelhia de Dinamização de Torres Novas. No próximo sábado haverá uma sessão de colóquio em Salvaterra de Magos e no dia 19, às 21 horas, realiza-se uma sessão com passagem de filmes em Alcanena. Em Seelbra e Palmela decorrerão brevemente importantes reuniões sobre o papel das autarquias e do associativismo no âmbito da dinamização desportiva. No Barreiro haverá no dia 4 de Fevereiro um convívio infantil, estando prevista para o mesmo mês a realização de um torneio de basquetebol com equipas formadas por iniciativa de comissões de trabalhadores e outras pertencentes a clubes populares.

De salientar que a nível da

DORS estão constituídas comissões de apoio e dinamização no Barreiro, Seixal, Almada e Setúbal. Na DORL prossegue em bom ritmo o trabalho das comissões de Faro, Lagos e Vila Real. Na DORN também estão a funcionar diversas comissões de âmbito concelhio. Entre outros aspectos, a actividade a nível da DORL caracteriza-se pela viva participação de muitos camaradas e amigos em torno das comissões de apoio e dinamização dos sectores do Partido e dos grandes sectores de actividade profissional.

A propósito da actividade na DORL, é de sublinhar o entusiasmo que está a mobilizar o Torneio de Xadrez promovido pela organização. Podem participar todos os xadrezistas interessados, pagando uma inscrição simbólica de 7\$50, na altura da primeira partida. As inscrições devem chegar aos CT's do PCP na zona da DORL até amanhã, podendo ser efectuadas pessoalmente ou por via telefónica, dando o nome, profissão, idade e forma de contacto. A prova é disputada por fases preliminares que decorrerão entre 21 deste mês e 4 de Fevereiro. Os participantes apurados disputarão uma prova final, a realizar no CT Vitória, na Avenida da Liberdade.

As regras técnicas do Torneio são as adoptadas pela Federação Internacional da modalidade. Se o camarada leitor está interessado ou se conhece alguém que queira participar não perca tempo. Contacte qualquer Centro de Trabalho do Partido da zona da DORL, onde estará à sua disposição o Regulamento do Torneio.

Entretanto, realiza-se no próximo dia 16, às 21 horas no CT Vitória, uma reunião destinada aos responsáveis em cada Centro de Trabalho pelo Torneio de Xadrez.



Torneio de Xadrez da DORL Lisboa



Boas festas, apesar de tudo, boas festas que os comunistas desejaram aos trabalhadores e aos democratas, seus camaradas e companheiros na defesa de Abril. Boas festas, como as que surgiram em Santarém e Alpiarça e se podem ver nas fotos animando com a confiança do PCP localidades de boas tradições democráticas

## 7000 contos para o CT de Setúbal e a certeza de conseguir

Quinze dias apenas são passados e já mais de cento e cinquenta contos entraram para a Campanha que em Setúbal mobiliza os comunistas e seus amigos. A compra do Centro de Trabalho é uma realidade. Alcançar os 7 mil contos dentro do prazo previsto também o será. E a prova disso está no entusiasmo crescente que ganha os organismos e os militantes, está no exemplo já dado por algumas iniciativas, por algumas células, por alguns camaradas.

A célula da IMA formou uma Comissão de iniciativas da campanha, articulando os vinte camaradas que a compõem de modo que cada um deles fica ligado a outros cinco — uma centena de comunistas a conduzir por todas as secções da empresa a recolha de contribuições que ali assumem agora a forma de um sorteio. A aceitação tem sido de tal modo boa entre os trabalhadores que mesmo operários não comunistas participam na actividade ligada à campanha.

Uma das iniciativas desta célula, que certamente irá render 150 contos, consiste no sorteio, todos os meses até final da campanha, de materiais no valor de dez mil escudos. Este mês serão sorteados um televisor de 61 cm, uma panela de pressão de sete litros e um relógio de cozinha, eléctrico. Para o mês de Fevereiro o primeiro prémio será um frigorífico de 185 litros.

De salientar que no próprio dia em que os camaradas da IMA lançaram esta iniciativa venderam cerca de cinquenta por cento das rifas, tal foi a aceitação que a campanha despertou na maioria dos trabalhadores da empresa. Os materiais a sortear estarão sempre em exposição dentro da empresa.

Sorteios — de cabezas de compras — foram também as primeiras iniciativas escolhidas tanto pela célula da Caixa de Previdência como pela célula da Setenave.

Entretanto, na Mague de Setúbal, cujos trabalhadores são na sua grande maioria retornados das ex-colónias, é o cartão de boas-festas, edição da Comissão

Concelhia, que tem tido grande êxito.

Na «Unitas», empresa conserveira que tem os salários em atraso, rifa-se um relógio.

Os pescadores já entregaram donativos e preparam uma excursão a um teatro de Lisboa.

A célula da Movauto iniciou também as suas actividades para a campanha com a distribuição de cartões de

Aqui vão as primeiras contas, resultados obtidos nos primeiros dias da Campanha dos 7 mil contos, apurados em 6 de Janeiro:

A Festa rendeu 63555\$20, assim discriminados: 3 mil escudos da UJC, 3 mil escudos da UEC, 6383\$70 da ADI, Comissão de Bar e 5117\$50 da Comissão de Iniciativas; Comissão Concelhia, 12950\$00; Diversos, 3935\$00; Empregados do Comércio, 60\$00; Entrepasto, 363\$50;

Freguesia da Anunciada, 60\$00; Freguesia de São Sebastião, 150\$00; Grafitroia, 5616\$00; Mague 2, 4598\$00; Marítimos e Pescadores, 2000\$00; Movauto, 1810\$00; Parel, 490\$00; Portucel, 4650\$00; Profedros, 1000\$00; Rodoviária, 3190\$00; Sado Internacional, 3770\$00; Seel, 1900\$00; Setenave, 36697\$50; Turcopol, 1000\$00; União de Cooperativas, 500\$00; Vargas Palma, 82\$00. O Total é de 153866\$30!

Cerca de 700 pessoas, entre as quais muitos moradores dali perto, confraternizaram e contribuíram assim para dar mais um passo, um dos primeiros, na Campanha dos 7 mil contos.

Este esforço, para o qual se contou com a solidariedade de algumas empresas, de autarquias e de colectividades emprestando mesas e cadeiras e com a participação de camaradas e amigos que forneceram mão-de-obra — era preciso reparar o chão, fazer instalação eléctrica e canalizações e assegurar os serviços — no bar, mesas, entradas, veio a tender mais de sessenta contos!

Tinhamos visitado o local. Trata-se de um amplo casarão mas o seu interior encontrava-se bastante arruinado e a vista desarmada estava ali trabalho para um mês.

Mas a festa tinha de se realizar. Limpar e ornamentar não foi trabalho fácil. E o escasso tempo e a própria quadra não permitiram que fossem muitos os camaradas a ajudar. Mas, mesmo sem qualquer conjunto a animar, a festa foi um sucesso. Os discos trouxeram a música e faltava uma hora para o início do novo ano quando na sala já não podia caber mais gente.

## Campanha de Fundos da UJC «leva» dois à Olimpíada de 80



Entretanto, prosseguem em todo o país as iniciativas promovidas pelas organizações da UJC para a recolha de fundos e divulgação da Campanha, que, tal como o «Avante!» divulgou na sua última edição, ultrapassou já os 1 200 contos, atingindo, no último controlo quinzenal, 86 por cento da

meta total. Como então noticiámos, à excepção de uma, todas as outras organizações da UJC tinham já atingido ou ultrapassado as respectivas metas.

Após uma breve pausa por ocasião da quadra do Natal e Ano Novo, a Campanha dos 1500 contos retomou o seu dinamismo e actividade,

prevenido-se para muito breve o seu final e êxito.

As iniciativas continuam. Bailes, sessões culturais, rifas, torneios desportivos, realizações diversas abertas à participação da juventude levam a todos os pontos do país a mensagem da Campanha e do seu significado para o reforço da UJC e da luta da juventude trabalhadora. Mãos à obra! Mais um impulso. Força nesta recta final da Campanha!

### Canção juvenil no Seixal e Moita

Mas não é «só» a Campanha dos 1500 que está a mobilizar a iniciativa e o entusiasmo da

UJC e da grande massa dos seus amigos e simpatizantes. O Movimento Nacional dos Festivais da Canção Juvenil (MNFCJ) — a que o «Avante!» já se referiu em pomenor em anterior edição, divulgando os aspectos centrais do Regulamento Geral — também é notícia. Amanhã realizam-se os Festivais do Seixal e da Moita. O primeiro, que se inicia às 21 horas, na Sociedade Filarmónica Operária Amorense, além de apresentar os concorrentes terá uma parte especial com a participação de José Jorge Letria, Samuel, Nuno Gomes dos Santos, José Manuel Osório e o Coro Alentejano da Amora. O segundo decorrerá, a partir das 21 e 30, na Capricho

Moitense, compreendendo o seu programa a exibição dos concorrentes e uma sessão com Júlia Babo, Fernanda Lapa, Franco de Sousa, Rui Miguel e Hans Liffineir.

### Espectáculo no Porto

É já no próximo sábado, pelas 21 e 30, que se realiza o anunciado Festival da Canção Juvenil do Porto. O espectáculo, que decorrerá nas instalações da Cooperativa «Arvore», é o quanto que se realiza no Norte e será preenchido com as actuações dos concorrentes e dos conjuntos «Resistência» e «Abril».

## Grande espectáculo nos dias 12 e 13 no Barreiro

Um grande espectáculo integrado na Campanha dos 1 500 contos para o Centro de Trabalho do Barreiro, promovida pela respectiva Comissão Concelhia, vai animar aquela vila industrial da

margin esquerda do Tejo, nos próximos dias 12 e 13.

Chama-se «Construir o Futuro com as Vozes de Abril» e terá lugar no Pavilhão dos Trabalhadores da Quimigal.

Participam, além do locutor Fernando Correia, os artistas Carlos do Carmo, Luísa Basto, Fernando Tordo, Ary dos Santos, José Jorge Letria, Carlos Paulo e ainda Pedro Osório e a sua orquestra.

# Semana

## 3 Quarta-feira

1960 — Evadem-se da prisão fascista de Peniche destacados elementos do PCP, entre os quais o camarada Alvaro Cunhal.

O Secretariado Nacional da CGTP-IN recorda que deixou de vigorar, em 31 de Dezembro de 1978, o limite dos 20 por cento imposto ao aumento de salários pelo Decreto 121/78. E assinala ainda: "Face a um Governo que tanto proclama o respeito pela legalidade" haverá que afirmar firmemente que hoje a legalidade consiste em não existir mais o limite dos 20 por cento".

## 4 Quinta-feira

1248 — Morre, em Toledo, D. Sancho II, ex-rei de Portugal e que fora depositado pelo Papa Inocencio IV.

Uma delegação da CGTP-IN e recebida em Belém pelo primeiro-ministro Mota Pinto. As reivindicações aprovadas no plenário de Sindicatos realizado em 16 de Dezembro são apresentadas ao chefe do Governo. No final, um dos elementos da delegação anuncia que a CGTP-IN mobilizará os trabalhadores para lutar pela concretização das suas reivindicações e defendem as conquistas de Abril.

## 5 Sexta-feira

1976 — Segundo deliberação governamental a aplicação da Reforma Agrária é limitada ao Sul do País.

Face a uma nota oficiosa do Ministério do Trabalho a CGTP-IN realinha que "o limite dos 20 por cento aos aumentos de salários deixou de vigorar", em 31 de Dezembro do ano passado, contrariamente ao que pretende o Governo Mota Pinto.

## 6 Sábado

1876 — Morre o Marquês de Sá da Bandeira, militar e político liberal.

A população das Caldas da Rainha manifesta-se contra o aumento do custo de vida e contra a repressão. A manifestação foi convocada pela União dos Sindicatos das Caldas da Rainha e conta com a adesão de 24 organizações.

## 7 Domingo

1325 — Com 64 anos de idade morre em Santarém o rei D. Dinis. Governara o reino durante 46 anos.

Na reunião da Comissão Directiva e da Comissão Nacional do Partido Socialista é aprovada a recomendação a todos os trabalhadores socialistas para que se inscrevam individualmente na central sindical paralela UGT ou então que lutem "para que os sindicatos em que militam adiram à UGT".

## 8 Segunda-feira

1824 — Nasce em Abrantes o grande actor Taborada, que iniciou a sua carreira artística como amador num pequeno teatro popular de Lisboa.

O Presidente da República recebe os cumprimentos do corpo diplomático acreditado em Lisboa. Na sua mensagem o general Ramalho Eanes declara: "O percurso que Portugal livremente escolheu e no qual afirma a sua consciência nacional, corresponde a uma opção de liberdade e justiça".

## 9 Terça-feira

1975 — Um grupo de dissidentes do PS funda a Frente Socialista Popular. É a primeira cisão no Partido Socialista.

Igrejas Caeiro é exonerado pela Comissão Administrativa da RDP do cargo de director de programas da emissora oficial. A decisão foi conhecida na sequência de uma reunião da Comissão Administrativa com o ministro da Comunicação Social, Proença de Carvalho.

# Os Comunistas na Assembleia da República

## Ano Internacional da Criança e prorrogação do recenseamento - temas dominantes no início de 1979

Na sua primeira reunião deste ano, a Assembleia da República dedicou grande parte do seu período de trabalho a uma iniciativa que tem vindo a mobilizar as atenções de cada vez mais amplos sectores da opinião pública e das forças democráticas: as comemorações do Ano Internacional da Criança, que coincide com o 20.º aniversário da adopção, pela ONU, da Declaração Universal dos Direitos da Criança.

A propósito desta iniciativa, o Grupo Parlamentar do PCP utilizou o seu direito regimental de proferir uma declaração política sobre o Ano Internacional da Criança (Ver Intervenções). A deputada do PCP Ercília Talhadas — que subiu à tribuna da AR para

proferir a declaração política do PCP — propôs aos restantes deputados a criação de uma Comissão Eventual da Assembleia destinada a fazer um levantamento da situação das crianças portuguesas.

Entretanto, e ainda neste campo, a Assembleia aprovou por unanimidade uma moção proposta pelo Partido Socialista em que a AR declara subscrever solenemente os princípios consagrados na Declaração Universal dos Direitos da Criança.

Outro assunto de relevante importância que mobilizou também as atenções dos deputados na sua primeira reunião plenária de 1979 — chegando mesmo a provocar, pela sua urgência, a sua inscrição num período

extraordinário da ordem do dia realizado logo após a abertura da sessão — foi a questão do prorrogação por mais quinze dias do prazo de inscrição dos cidadãos no recenseamento eleitoral. A este propósito foi aprovada por unanimidade uma proposta de lei do Governo. (Ver artigo na pág. 8).

A votação de quatro votos — que já vinham das últimas sessões do ano passado — e a eleição dos representantes da Assembleia da República no Conselho de Imprensa e na Comissão Consultiva para as Regiões Autónomas, bem como a votação do parecer da Comissão de Regimentos e Mandatos relativa à suspensão do mandato da deputada do PSD Maria

Helena do Rego da Costa Salema Roseta — ou só Helena Roseta — foram os restantes assuntos que ocuparam os trabalhos do plenário na sessão da passada terça-feira.

Com os votos contrários dos deputados comunistas — e abstenção do PS — a AR aprovou dois votos apresentados pelo PSD que, a propósito de alegadas detenções de cidadãos portugueses nas Repúblicas Populares de Angola e de Moçambique, visam objectivamente criar dificuldades nas relações de Portugal com aqueles dois países africanos de expressão portuguesa. (Ver Intervenções). Entretanto, foi ainda aprovado por

unanimidade um voto de solidariedade às mulheres uruguiaias, em luta prolongada, difícil e heroica contra o fascismo.

A Assembleia da República elegeu como seus representantes ao Conselho de Imprensa António Reis (PS), Vilhena de Carvalho (PSD), Carlos Robalo (CDS) e Aurélio Santos (PCP), enquanto que o único candidato apresentado para a Comissão Consultiva para as Regiões Autónomas viria a ser eleito por 88 votos a favor, 7 contra e 62 abstenções.

Quanto ao pedido de suspensão do mandato da deputada Helena Roseta — motivado pelo facto de sobre ela ter dado entrada no 4.º Juízo Correcional do

Tribunal Criminal da Comarca de Lisboa uma acusação deduzida pelo Ministério Público pelo crime de abuso da liberdade de imprensa enquanto desempenhava as funções de directora do órgão da CIP "Jornal Novo" — a Assembleia, em votação secreta deliberou, por 127 contra 20, 9 abstenções e 1 voto branco, negar a referida suspensão.

No período de antes da ordem do dia da sessão da passada terça-feira registou-se ainda uma intervenção do deputado do PCP Sousa Marques relativa a alguns dos problemas mais agudos dos bombeiros portugueses — tema este a que o "Avante!" dedicará em breve a atenção que merece.

### Intervenções

## «As crianças portuguesas foram as maiores e principais vítimas do fascismo»

As 500 milhões de crianças que passam fome nos países em vias de desenvolvimento, que uma em cada quatro crianças, com cerca de cinco anos morre em consequência da falta de assistência, e que só uma em cada vinte é assistida. Cerca de 90 por cento da população infantil não é vacinada. Cerca de 400 milhões de crianças continuam sem qualquer tipo de assistência médica. Cerca de 260 milhões de crianças em idade

escolar não têm possibilidade de estudar. No ano de 1978 morreram mais de 15 milhões de crianças em todo o mundo, com menos de cinco anos de idade, em resultado da miséria, subalimentação e falta de assistência médica elementar. Mais de 52 milhões de crianças, com mais de quinze anos, são obrigadas a trabalhar — número este que está longe de corresponder à realidade há muitos países em que os

menores de quinze anos não figuram nas estatísticas bem como as crianças que trabalham e estudam conjuntamente. (...) Mas há uma certeza, e é o socialismo ali está bem vivo em numerosos países a demonstrar o reconhecimento pelos direitos das crianças e a segurança de um futuro melhor e mais justo. As crianças

portuguesas — sobretudo os filhos das classes trabalhadoras — foram as maiores e principais vítimas do fascismo. A falta de assistência médica e social, fome, miséria, exploração da mão-de-obra infantil, falta de creches, jardins de infância e escolas, reflectiram-se no dia-a-dia da vida de várias gerações de crianças, que se sucederam sob o regime fascista. O fascismo legou, no que respeita à criança portuguesa,

a mais pesada e negra herança. (...) Falar dos direitos da criança em Portugal é hoje falar de direito à esperança que Abril abriu, é lutar pela realização dessas esperanças (Ercília Talhadas, em 9/1/79).

**Difficultar as relações RPA-Portugal**  
O voto em questão, nos termos em que foi apresentado, tem como

objectivo dificultar ainda mais as relações entre o Estado Português e a República Popular de Angola. Não é de maneira nenhuma um voto que represente qualquer ajuda para a resolução da situação dos cidadãos portugueses em causa, bem pelo contrário (Alda Nogueira, em 9/1/79).

**Os problemas dos bombeiros**  
Os bombeiros portugueses realizaram o nosso apoio. (Sousa Marques, em 9/1/79).

Outubro o seu XIII Congresso. (...) Entendemos desde logo que os bombeiros portugueses têm o direito a ser ouvidos, atentamente, pelos órgãos de poder. As suas exigências devem ser escutadas. Devem-se procurar soluções para os problemas que propõem. (...) Os bombeiros portugueses merecem o nosso apoio. (Sousa Marques, em 9/1/79).

## Industriais de carne boicotam abastecimento!

Lisboa está sem carne fresca de porco e de bovino. A decisão partiu quer da Associação Nacional dos Industriais de Carne (ANIC) — no que se relaciona com a carne de porco — quer da Associação de Comerciantes de Carne do distrito de Lisboa no que diz respeito à carne de bovino. Decisão que corresponde a um lock-out patronal e como tal proibida por lei. Decisão que representa um boicote ao consumo, aparecendo objectivamente como uma manobra desestabilizadora da situação social. Como tal aproveita a reacção, explorando o justo descontentamento do consumidor e moendo "o bichinho do ouvido" às donas de casa. "Antes nunca faltava a carne!", entendendo-se por "antes" a vigência do regime fascista, a sombra do qual engordaram os especuladores, os açambarcadores que agora sabotam o abastecimento público, levando o mesmo atrás de si e que entretanto comerciantes e industriais menos esclarecidos, e também explorados pelos grandes que dominam a ANIC. Aliás, importa esclarecer que as razões dos grandes industriais claramente comprometidos em acções de instabilidade do abastecimento, são diferentes das dos comerciantes de carne, quantas vezes vítimas da grande indústria do sector.

**Governo e industriais: o mesmo objectivo**  
Principais responsáveis da situação criada são os sucessivos Governos desde o VI Governo Provisório, e neles a acção do Ministério do Comércio Interno e da Junta Nacional dos Produtos Pecuários. No que diz respeito à actualidade, é de salientar que a Junta Nacional dos Produtos Pecuários, que procedeu a diversas intervenções — ainda que incompletas — em períodos de excesso de produção de suínos, tem vindo a vender a carne então armazenada, principalmente aos industriais, a preços mais baixos do que os do mercado o que reduzida apenas em lucro para aqueles e, possibilitando-lhes o açambarcamento. Ihes dá margem para sabotar o abastecimento — sem que, de facto, desempenhem um papel de regulizador de preços.

A este fornecimento de carne de porco pela JNPP aos industriais, soma-se o escândalo do subsídio de 7500 por quilo de suíno entregue para abate à porta do matadouro, instituído pelo "competente" Governo Nogueira Costa e que só beneficiou os industriais que, como eles próprios reconhecem, compram directamente aos milhares de pequenos produtores. Subsídio que dada a extrema dificuldade de controlo pois há mais de um milhão de matadouros de suínos privados, tem aberto aos industriais todo o campo de obtenção de receita

lícita à custa do Estado. E não é raro, quer pelas dificuldades de controlo, quer pelas deficiências de fiscalização, industriais receberem subsídio por suínos que já foram entrada nos matadouros privados que dominam. O Governo e nomeadamente a Junta Nacional dos Produtos Pecuários, continuam tal como no passado, a ficar de braços cruzados, sem capacidade de acção face ao alternar constante de escassez abundância da produção, característica de uma economia totalmente desorganizada, sem planificação na qual crescem os grandes industriais e especuladores.

O que afinal pretendem os grandes industriais da ANIC? Pretendem a liberalização de preços, alargando assim o seu campo de especulação e o seu domínio de todo o circuito. A chantagem que, com este lock-out, os industriais fazem sobre o Governo para o forçar a aceitar as suas exigências, poderia levar à conclusão de que entre grandes industriais e o Governo existe oposição, conflito latente. A imagem que surge a público é altamente enganadora. Não existe discordância de fundo entre uns e outro. Quando muito existirá uma diferença de ritmo, de velocidade para atingir um mesmo objectivo: a liberalização do circuito de comercialização, o que corresponde ao esvaziamento completo das funções dos organismos de Coordenação

a que o próprio fascismo se negou — vem pôr em causa o Matadouro de Beja que está em fase de conclusão e no qual estão investidos centenas de milhares de contos!

Aqui, como noutros domínios, não há dúvidas quanto ao acordo entre grandes industriais e Governo. Uns e outro defendem, afinal, os interesses da CAP e do CIP numa mesma perspectiva antipopular e antidemocrática, da qual sofremos já as gravíssimas consequências



## Unidade democrática vence no Ensino Secundário

Segundo um balanço recentemente divulgado pela Direcção da Organização do Ensino Secundário das Beiras da União dos Estudantes Comunistas (UEC), realizaram-se no decurso do passado ano lectivo, a nível nacional, cerca de 30 por cento das

eleições no âmbito do movimento associativo no Ensino Secundário, tendo ganho na maioria das escolas listas de unidade integrando estudantes progressistas de diversos sectores democráticos. «Consideradas que foram as

forças políticas de direita que durante o passado ano lectivo influenciavam o movimento associativo — salienta o comunicado da DOESB da UEC — a tendência actual desenvolve-se no sentido de um amplo movimento de opinião democrática, que engloba também jovens estudantes descontentes com a prática golpista e anti-associativa da direita estudantil, designadamente a Juventude Social-Democrata, agremiação do PPD.

### Implantação decrescente da direita

Apesar de tudo isto, a direita está a ficar cada vez mais isolada nas escolas secundárias. A sua propaganda não tem aceitação significativa. Os seus «dirigentes» não recebem qualquer apoio. A sua acção é cada vez menor. As suas iniciativas — provocações a estudantes progressistas, distribuição e exibição de cruzes suásticas, comunicados fascistas de apelo à violência, autocollantes diversos, etc., destruição de cartazes, folhas informativas e outras matérias de divulgação das organizações de esquerda e das próprias Associações de Estudantes — ficam cada vez mais apenas nas vontades de meia dúzia de ruínas frustrados.

**Pelo reforço da unidade em torno das suas justas reivindicações designadamente: ampliação da rede escolar, reconstrução dos estabelecimentos de ensino afectados pelos recentes temporais, integração de mais professores e pessoal auxiliar, fornecimento do material didáctico indispensável, resolução coerente dos problemas de âmbito pedagógico, etc.;** os estudantes não estão dispostos a que as organizações como a JSD vejam nos estabelecimentos do Ensino Secundário uma sua «coudada»; os estudantes querem reforçar a sua unidade e dinamizar a vida associativa nas suas escolas.

votos contra 313 da direita, o que dá uma diferença de 267 votos.

A unidade democrática também triunfou em Vila Real e em Macedo de Cavaleiros, Trás-os-Montes. Na Escola Industrial daquela capital de distrito e na Escola Secundária de Macedo as eleições para os Conselhos Directivos (representação dos alunos) registaram a vitória de listas constituídas por estudantes progressistas, sendo de salientar que em Macedo de Cavaleiros a lista unitária recolheu 190 votos contra 136 da lista apresentada pela Juventude Centrística. Na Escola Industrial de Vila Real a lista de unidade obteve mais 9 votos que a da direita.

### Vitórias da unidade

Entretanto, a luta pela defesa da democracia nas escolas secundárias e dos justos direitos dos seus estudantes continua a registar êxitos muito importantes em todos os pontos do País. Recentemente, listas unitárias de esquerda ganharam as eleições promovidas nas Escolas Secundárias de Mário Sacramento e Homem Cristo, em Aveiro. Na primeira, a lista proposta pela direita para os órgãos académicos foi derrotada por uma diferença de 58 votos, enquanto na segunda a lista de unidade recolheu 580



As vitórias de listas unitárias em eleições nas escolas do Ensino Secundário evidenciam um firme repúdio pelas práticas golpistas de forças como a JSD e pelas actividades dos grupos neonazis

# Os 20% caducaram: os trabalhadores não podem pagar uma política que rejeitam

Os programas dos sucessivos governos constitucionais, incluindo o IV MP/PPD, prometem manter os salários reais o que, com mais ou menos palavreado, pois outra coisa se não trata nem tratou, pretendia significar, abreviando, que esses sucessivos governos manteriam o poder de compra dos trabalhadores.

Mas o que se passou, sobretudo em 1977 e 1978, foi precisamente o contrário. E 1979 nada de melhor promete enquanto a política e o Governo actuais continuarem no poder.

Segundo dados oficiais recolhidos pelo Movimento Sindical a subida do salário médio efectivo na indústria foi de 7,3 por cento entre Janeiro e Abril de 1978. No mesmo período, e apenas como exemplo muito breve, o aumento do custo de vida atingiu os 19,9 por cento. Estes números que aqui se apresentam apenas como tendência, se os completássemos com muitos outros, apresentaria o quadro muito negro que mais de um milhão e quatrocentos mil trabalhadores vivem diariamente. É esse fundamento essencial da luta que têm conduzido pela contratação colectiva, pela revisão de tabelas salariais que vigoram muito para além do período legal, actualmente fixado em 12 meses.

A tendência que aqueles números indicam tem-se agravado constantemente em todos os sectores de actividade. Segundo o Banco de Portugal, os ordenados, salários e outras remunerações incluindo o sector público

representavam, em 1976, 58,7 por cento do Rendimento Nacional. No ano seguinte, essa percentagem desca para 51,8 por cento. Para 1978, previa-se nova descida de 4 a 5 pontos relativamente à percentagem de 1977. Enquanto isso e ainda segundo o mesmo Banco, «o rendimento de empresas e de propriedades dos particulares aumentava 27,2 por cento em 1976 e 39,1 por cento em 1977». Os salários nem metade desses aumentos atingiram.

Em 31 de Dezembro de 1978 deixaram de vigorar os 20 por cento impostos como limite dos aumentos de salários pelo Decreto-Lei 121/78, de 2 de Junho. A CGTP-IN já tomou posição sobre esse assunto que interessa a todos os trabalhadores portugueses e foi motivo de luta durante todo o ano de 1978. Uma nota oficiosa entretanto divulgada pelo Ministério do Trabalho não altera a disposição legal que considera caduco ao fim de um ano aquele limite. Um documento destes não pode alterar a lei. Foi o que ficou bem claro no comunicado tomado público pela Central unitária dos trabalhadores portugueses.

Mas a política de salários a defender pelo Governo actual não pode criar ilusões

em nenhum trabalhador. Se o limite ao aumento de salários que vigorou no ano findo (e

apenas um ou dois Contratos o atingiram) for alterado pelo Executivo Mota Pinto/PPD, será para menos e não para mais.

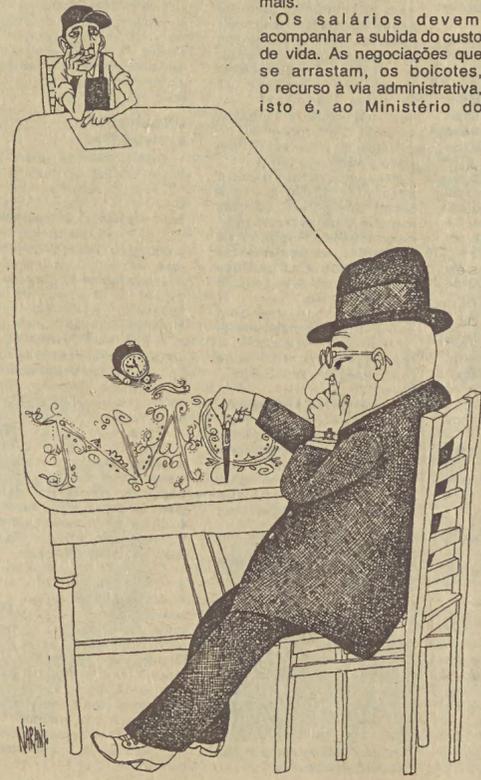
Os salários devem acompanhar a subida do custo de vida. As negociações que se arrastam, os boicotes, o recurso à via administrativa, isto é, ao Ministério do

Trabalho, devem terminar na contratação colectiva.

Os trabalhadores organizados, o Movimento Sindical Unitário, têm demonstrado ponderação e realismo nas negociações e nas lutas conduzidas por revisões salariais e pela salvaguarda das garantias já conquistadas através da regulamentação colectiva de trabalho.

«As características preocupantes da situação económica do país» que o Ministério do Trabalho assinala na sua nota oficiosa sobre o limite dos 20 por cento não podem servir de escudo ao patronato e ao Governo para atirarem com mais peso ainda para as costas dos trabalhadores. Incompetência, má gestão, compadrio, fuga a impostos, submissão ao FMI, ataques à Reforma Agrária e às empresas nacionalizadas são realmente preocupantes. Mas a responsabilidade não cabe aos trabalhadores. Não podem ser eles a pagar o preço de uma política que não defendem.

Uma política que os trabalhadores rejeitam e que já deu provas suficientes de não servir o interesse nacional não pode ser invocada para caluniar, inclusivamente, as lutas por melhores salários, pelo pagamento dos que se encontram em atraso, pelo fim dos despedimentos sem justa causa, pelas liberdades e garantias sindicais nas empresas. E essa luta vai continuar. Não porque os trabalhadores o desejem. Mas porque a ela são obrigados por uma política que não é deles.



O boicote continua na contratação colectiva

# Por que esperam as PRTs dos assalariados rurais?

Situações de grande injustiça continuam a verificar-se no trabalho diário de centenas de milhares de assalariados rurais sobretudo do Norte e Centro do país. Como é sabido, as relações de trabalho continuam por regulamentar para mais de 200 mil desses trabalhadores. Regime de férias, horário de trabalho, salários, subsídios, assistência médica e medicamentosa, regime de faltas, direitos e deveres de patrões e trabalhadores continuam a ser estranhos a essa grande camada de assalariados, que se contam entre os mais desprotegidos de todos os trabalhadores portugueses.

Os sindicatos agrícolas, todos criados depois do 25 de Abril (o fascismo proibia-os), têm feito no

Norte e Centro do país uma grande bandeira de luta dessas reivindicações essenciais. Mas há anos, apesar dos grandes esforços empreendidos, que continuam a aguardar a regulamentação do trabalho através de uma PRT para o sector. Comissões Técnicas para o efeito nomeadas já acabaram o trabalho. Mas as Portarias continuam por publicar.

No Sul, a situação é um pouco diferente. Trata-se da revisão de convenções que já vigoraram através da via administrativa. Mas também essa revisão não sai.

Existe uma Comissão Técnica Coordenadora Nacional para essas PRTs. Nomeada isso foi. Mas funciona? Numa intervenção recente, os Sindicatos Agrícolas do Sul exigiram dos Ministérios

competentes (Trabalho e Agricultura) uma resposta urgente sobre a situação das PRTs, pelas quais se aguarda, nalguns casos, há mais de 2 anos.

Milhares de trabalhadores, que arriscam os empregos quando pedem aos patrões que os descontos sejam enviados para a respectiva Caixa de Previdência,

não podem esperar mais pelo reconhecimento oficial dos seus direitos. Cabe ao Governo responder.



Nos campos a norte do Tejo os assalariados rurais continuam sem regulamentação colectiva de trabalho

# O sustento de 2 mil famílias em risco na AC

Mais de 2 mil famílias dependem para o seu sustento da actividade da AC-Arquitectura e Construções, empresa do ramo da construção civil com sede em Setúbal. Abandonada pelos patrões depois do 25 de Abril e posteriormente intervenida pelo Estado, para garantir o emprego a 2700 trabalhadores, a empresa, uma das maiores do sector, tem-se degradado ultimamente de tal forma que só uma intervenção urgente e decisiva poderá salvar os postos de trabalho, liquidar as remunerações em atraso e manter o interesse que a firma representa para a economia nacional.

Num memorando muito bem elaborado pela Comissão de Trabalhadores da AC e entregue recentemente aos órgãos do poder, reclama-se a «constituição de uma empresa mista, com participação maioritária de capital do Estado, e o aumento do capital social, de modo a permitir um correcto saneamento económico e financeiro da empresa». Estas medidas foram largamente discutidas e defendidas pelos trabalhadores, tendo em conta o papel de primeiro plano que o sector da Construção Civil desempenha na absorção e criação de emprego, o número de postos de trabalho envolvidos, as necessidades enormes de estruturas capazes no sector e os efeitos positivos na economia nacional a que conduz o aproveitamento de unidades de produção como a AC.

O Estado deve à empresa cerca de 125 mil contos

Os trabalhadores procuram resolver a situação. Não têm poupado esforços para isso. Apesar de não receberem salários desde meados de Agosto, o mesmo sucedendo com os subsídios de Natal de 1977 e 1978, estão nos seus locais de trabalho a produzir normalmente, nas condições que lhes criaram. As suas estruturas representativas solicitaram audiências a vários ministérios, ao Primeiro-Ministro, ao Presidente da República. A CT já foi recebida pelo secretário de Estado do Trabalho, e espera resposta breve aos outros pedidos de audiência. Entretanto, lembra a CT que, em Agosto findo, o Ministério da Tutela (MHOP) afirmou que a viabilização económica da AC era possível, desde que a sua desequilibrada estrutura financeira fosse corrigida. Mas não foi o que se fez. «O Governo, em Conselho de Ministros (8 de Novembro de 1978) e sem qualquer explicação — referem os trabalhadores — decidiu prorrogar a intervenção do Estado na empresa por mais 6 meses» e concede um aval de 20 000 contos. Mas o fundo da questão continuou por atingir. Os

problemas mantêm-se. «Quando o Estado devia pagar perto de 125 mil contos que deve à empresa», vem concedendo sucessivos avales, que não são mais do que banhos de soro. A verdadeira solução da AC passa pela viabilização financeira. Assim o Governo queira entendê-la, agindo adequadamente.



O interesse nacional exige soluções urgentes para a Construção Civil

# Burla dos divisionistas

Sete trabalhadores da Corticeira Ibérica de Aijos Vedros subscverem um comunicado informando os seus companheiros de trabalho (e precavendo-os) sobre uma burla dos divisionistas. Surpreendidos por verem os seus nomes a apoiar uma sigla «livre, democrática e independente», que concorre às próximas eleições sindicais, esses 7 trabalhadores interrogam-se sobre quem teria assinado por eles. Porque escolheram a unidade, não deram um passo para esse apoio. Mas os seus nomes lá estavam na lista dos divisionistas que, para engrossarem as suas hostes, assinam pelos outros sem sequer os abandonar. Os trabalhadores perguntam até onde pode ir a desonestidade de processos dos que invocam

a liberdade, a independência e a democracia para enlamearem esses princípios defendidos pelo Movimento Sindical Unitário. Irá, pelo menos e de ciência certa, até à submissão aos interesses dos patrões. Como temem a força da unidade nas próximas eleições para o Sindicato dos Corticeiros, os apolantes do «sindicalismo democrático» da UGT, abusam da democracia e do sindicalismo. Mas a máscara cai-lhes com frequência cada vez maior.

Perante o logro e a desonestidade, os 7 trabalhadores da Corticeira Ibérica reafirmam o seu repúdio por tais processos e apelam ao voto unitário para defender o Sindicato e os interesses dos trabalhadores.

# Duas formas de ingerência no Movimento Sindical

A direcção do PS, quando estava no governo atacava ai como podia a independência sindical. Agora que não está no governo faz o mesmo como partido. Dirão que não há diferença. Como governo ou partido a ingerência é igual. Não estamos de acordo. A diferença nota-se tanto que obrigou os gonalistas a aceitarem a paridade com o PPD na direcção da central amarela. Aparentemente isso não incomoda muito o grupo gonalista. Mas desmontando os paralelos, que a pouco montam, a realidade da divisão pouco favorece os divisionistas do PS. Favorece muito mais os divisionistas do PPD. E por aí certamente estará a paridade forjada na direcção do divisionismo. Em favor do PPD.

Essa concessão do PS, que sempre se afirmou como campeão divisionista, denota bem qual o sentido predominante dos ataques à unidade do Movimento Sindical. Não estamos perante uma tendência de esquerda na orientação dos Sindicatos. Não estamos perante uma simples recusa da maneira como a CGTP-IN põe em prática os princípios que orientam o Movimento Sindical Unitário. O que os trabalhadores enfrentam com a criação da UGT, tal como se apresenta publicamente, é o ataque declarado à função primordial dos Sindicatos, à defesa dos interesses de classe dos trabalhadores.

Seria escusado e cansativo repetir propósitos e declarações dos dirigentes divisionistas. Basta atentar no que disse um deles à saída de S. Bento, depois do encontro com o Primeiro-Ministro, ao pretender inculcar a ideia de que qualquer governo serve aos trabalhadores. Ai ficou patente o atestado de bom porte que a UGT passa a este IV Mota Pinto/PPD, à espera que o patronato deixe cair umas migalhas na mesa dos amarelos. Mas essas migalhas nunca poderão exceder o que marcos e dólares autorizam, o que autoriza o imperialismo, o que concede o FMI. De outro modo, nem migalhas, nem UGT.

Ninguém pense (e razões para isso não há) que essa central amarela se vai opor ao patronato que reprime, que despede dirigentes

e delegados sindicais, que bloqueia a contratação colectiva, a um patronato que não tem razão de queixa da UGT. Não. A UGT não foi criada para isso. Com o apoio declarado do CDS e outros não declarados, mas implícitos, a central amarela foi criada para se opor à unidade do Movimento Sindical, para atacar, supostamente no seu campo, a CGTP-IN e sabotar por dentro as lutas dos trabalhadores.

Que o PPD intervenha directamente num projecto destes não admira a ninguém. Que o CDS o apoie também não. Mas que a direcção do PS tenha deitado fora todos os princípios que diz defender nos Sindicatos, que despreze a acção unitária de tantos trabalhadores socialistas, para sair a terreiro com o «fillem-se na UGT» (nesta UGT) é que está para além de todos os ataques que o PS tem dirigido contra a CGTP-IN para ser, em relação a esse partido, uma abdicção sem princípios numa formação política que se reclama dos trabalhadores.

O Partido Socialista não é o sr. Gonalha, o «dez» mais sindicalista do semanário «O Tempo». Nenhum referendo manipulado poderá fazer aceitar isso a um trabalhador socialista. Nenhum «documento

Gonalha» pode substituir a realidade da contratação colectiva, a necessidade premente de reforçar a unidade material e militante perante os assaltos diários aos interesses, regalias e direitos mais elementares da grande massa dos trabalhadores sindicalizados comunistas e não comunistas, socialistas, democratas desta ou daquela tendência, que o patronato não distingue como distingue o sr. Gonalha e o seu «sindicalismo democrático» em reuniões fechadas, referendos sem debate, sessões às moscas.

Quando o «Diário de Notícias» escreve «trabalhadores do PS deverão aderir à UGT», com base certa no que diz Mário Soares e propaga Gonalha, que tipo de independência se defende? Não se está a identificar «trabalhadores do PS» com «trabalhadores da UGT»? Quem acredita numa «independência» que criou paralelos no governo e agora tenta submeter os «trabalhadores do PS» à política do PPD?

A resposta a estas perguntas dá-se na luta diária pelo reforço da unidade, nos locais de trabalho e nos Sindicatos, entre trabalhadores que recusam deixar-se manipular e ofender na sua consciência de classe e nos princípios que defendem.



Transformar os trabalhadores em bonecos eis o que pretende o imperialismo através da UGT

# Lutas e Tarefas

● Notícias da Conferência — Prosseguem por todo o país os trabalhos preparatórios da I Conferência Nacional de Organização Sindical. Organizada pela CGTP-IN e marcada para 16 e 17 de Fevereiro próximo, esta grande iniciativa unitária foi alvo, no último fim-de-semana, de um plenário em Lisboa, convocação pela USL e de um encontro em Faro (de Trabalhadores do Algarve) promovido pela USF. Hoje, reúne-se em Coimbra um plenário de dirigentes e delegados sindicais e CTs. Da ordem de trabalhos consta, por sua vez, aquela Conferência. Além dos plenários distritais (um deles já efectuado no Porto) prosseguem os plenários de zona e de empresa. Até ao próximo dia 20 — final do prazo para a entrega de propostas de alteração aos documentos-base — reunir-se-ão ainda dezenas de plenários a vários níveis, no distrito de Setúbal e em vários pontos do país.

● Contratação colectiva — Com relevo para os trabalhadores têxteis (280 mil), que anunciam dois dias de paralisação (19 do corrente e 1 de Fevereiro), continua em vários sectores a luta pela contratação colectiva, nomeadamente nos TLP e nos jornalistas e trabalhadores na imprensa. Estes prevêem nova paralisação para 15 ou 16 do corrente, com eventual adesão dos jornalistas. Os químicos, segundo a respectiva Federação sindical, mantêm entretanto para-ntem e hoje a paralisação anunciada. Entre a movimentação nas empresas é de salientar a luta pelos salários em atraso, designadamente na Conformatas e na Orqui.

● Incompetência e venalidade na gestão do BTA — A célula do PCP no Banco Totta & Acores acusa o Conselho de Gestão do Banco de «incompetência e venalidade», aliás de acordo com a opinião «generalizada na empresa e em toda a Banca».

● Professores da Grande Lisboa — Em conferência de imprensa, a direcção do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa reivindicou mais uma vez o diálogo com o Governo para evitar que

Assim, a célula, depois de «tomar posição perante linhas de conduta que, a não serem desmascaradas e travadas de imediato pela acção conjunta dos trabalhadores, poderão conduzir a breve prazo à subversão da mais elementar ética bancária e ao descrédito de uma classe de prestígio das tradições laborais», denuncia «uma gestão assente no nepotismo, compadrio e mercantilismo», alerta «os trabalhadores com cargos de chefia para não se deixarem comprometer em actos de gestão menos claros, exorta os trabalhadores da empresa em geral para estarem vigilantes na defesa dos seus direitos e da sua dignidade profissional, adverte as estruturas dos trabalhadores para as óbvias consequências da sua passividade e apela ao reforço da unidade de todos os trabalhadores para lutarem por uma banca nacionalizada ao serviço do povo e da independência nacional».

● Unidade evita despedimentos na SEPSA — Após paralizações semanais e um dia de greve — luta conduzida em firme unidade — os trabalhadores da SEPSA evitaram o despedimento de 7 companheiros de trabalho.

● Encontro da Juventude Trabalhadora — Inserido no Programa de Acção aprovado no Congresso de Todos os Sindicatos, e organizado pelo Departamento de Jovens da União dos Sindicatos de Setúbal (USS), decorrerá em 4 de Fevereiro próximo o Encontro Distrital sobre Problemas da Juventude Trabalhadora. Um dos objectivos do Encontro é promover a participação dos jovens trabalhadores do distrito na I Conferência Nacional de Organização Sindical.

● Comemorações do 18 de Janeiro — A semelhança do que vem acontecendo desde o 25 de Abril, o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Vidreira, da Madeira Grande, comemora o 18 de Janeiro com várias realizações de ordem política, cultural e desportiva, para assinalar condignamente essa

o MEIC continue a não ouvir os professores e referiu o seu empenho na criação de uma Federação que corresponda às necessidades sentidas pela classe, coordenando e dinamizando a «acção sindical dos professores a nível nacional». Foi também referida, entre outros assuntos, a próxima realização do Congresso do Sector.

● Encontro no Comércio — Num plenário de Sindicatos previsto para o fim deste mês, arrancará

● Vitória da unidade nos professores da Madeira — A actividade sindical na Região Autónoma da Madeira, apesar das dificuldades e obstáculos bem conhecidos, alcançou recentemente uma grande vitória através da eleição de uma lista unitária para os corpos gerentes do Sindicato dos Professores, que assim substituem a Comissão Instaladora que se encontrava à frente daquela organização. A lista vencedora, integrada por professores de diversos quadras democráticas e progressistas, foi a única concorrente às eleições, tendo recolhido 201 votos dos 327 expressos nas urnas.

a preparação do Encontro Nacional dos Trabalhadores do Comércio, a realizar na próxima Primavera.

data de luta que «há 45 anos assumiu na Marinha Grande proporções e consequências sem paralelo em qualquer outro ponto do país e foi uma das muitas tentativas do povo português para se libertar da opressão fascista, lembra o Sindicato num comunicado.

● 10 mil contos para a Escola Sindical — Continua em todo o país a campanha de fundos lançada pela CGTP-IN para a criação de uma escola de formação sindical. A União dos Sindicatos do Distrito de Leiria, participando na campanha, condena o divisionismo e denuncia as suas fontes de receita (marcos e dólares), apelando à contribuição de todos os trabalhadores.

● Federação dos Metalúrgicos — Na sua 1.ª reunião depois do Congresso, o Secretariado da Federação dos Sindicatos da Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal, entre várias decisões de interesse imediato para o sector, reiterou «o seu inteiro apoio e solidariedade combativa aos trabalhadores da Reforma Agrária». Exortando todos os trabalhadores do ramo a aderirem à greve geral de 24 do corrente na Zona da Reforma Agrária, o Secretariado apelou à consolidação da unidade, «entusiasticamente reforçada no Congresso» e propõe-se «mobilizar todos os trabalhadores do sector para participarem activamente nas próximas grandes realizações do Movimento Sindical Unitário. O Secretariado, que saúda os congressistas e, por seu intermédio, todos os trabalhadores do sector, decidiu «eleger, entre si, uma Comissão Executiva composta por 8 elementos, que terá como tarefa principal a coordenação da actividade do Secretariado». Este intensificará a mobilização pela saída do CCTV e lutará contra o aumento do custo de vida, os despedimentos e a repressão patronal nas empresas.

à venda REVISTA INTERNACIONAL PROBLEMAS DA PAZ E DO SOCIALISMO

Informação e Propaganda Face à campanha de calúnias, esclarecer e repor a verdade

A nível da Organização do Partido no seu conjunto, 1979 tem de ser um ano de uma grande viragem para um empenhamento mais directo de cada militante e uma maior organização do trabalho de propaganda e esclarecimento...

Depois de falar na formação de quadros de propaganda, através de cursos no âmbito da actividade de várias Organizações Regionais, da colaboração prestada neste campo pelo Boletim de Propaganda e ainda de alguns artigos para o efeito publicados no «Militante»...

Uma grande atenção foi dada à divulgação das grandes iniciativas do Partido, como seja o Encontro do Sector Nacionalizado e o Encontro do Ensino...



Edições Avante! Um imperativo do trabalho ideológico e de organização

Com cerca de 40 títulos publicados no ano passado, perfazendo mais de 180000 exemplares, é objectivo das Edições «Avante!», para 1979, ampliar ainda mais a sua já vasta actividade...

Como trabalho de fundo, podemos considerar a conclusão das «Obras Escolhidas de Lenin» com a publicação do terceiro e último volume, dentro das características do rigor de tradução que foram apêlogo das anteriores...

Antes de falarmos dos novos títulos a editar, no decorrer de 1979, a conversa abordou as dificuldades que presentemente se fazem sentir no campo editorial...



Francisco Melo, director das «Edições Avante!»

ALGUMAS PRS PARA O TRABALHO

Na Resolução Política do VIII Congresso do PCP apresentavam-se seis direcções principais à ofensiva do Partido na batalha ideológica: a divulgação da linha política do Partido, a divulgação dos princípios do marxismo-leninismo...

O objectivo é claro: praticar a sistematização e a diversificação ideológicas, desorientar e desarmar politicamente os trabalhadores, desmobilizar as massas populares...

Paralelamente a estas acções desencadeadas pelas forças da direita reaccionária, há que salientar igualmente a acção ideológica dos grupos esquerdistas...

Podem dizer-se que, na actual situação, estão em choque as ideologias das várias classes e camadas sociais — realidade que pode ser aferida na arrumação das forças sociais e políticas...

«Juventude» e «Linha Geral» Corrigir as insuficiências e defender os interesses dos jovens

«Juventude» e «Linha Geral» são, respectivamente, os órgãos da UJC e da UEC. Sobre o primeiro falou-nos o camarada João Chasqueira, membro do colectivo do jornal...

tendo em conta os resultados obtidos. Isto permitir-nos-á alargar a rede de correspondentes que por enquanto se mostra insuficiente...

São elas o Movimento Nacional dos Festivais da Canção Juvenil, englobando cerca de 50 festivais locais, para culminar num grande Festival Nacional a realizar em Março...

Para essa correcção — acrescentou — está orientado o trabalho para este ano. Enumerou a seguir as tarefas programadas...

problemas dos estudantes do ensino secundário e superior. Até agora — recorda o camarada João Leal — a revista tem estado mais virada para o ensino superior...

é no caminho da democracia que se resolvem os problemas do País



Albano Nunes na Polónia

A convite do Comité Central do Partido Operário Unificado Polaco esteve de visita à Polónia de 3 a 7 de Janeiro o camarada Albano Nunes, membro do Comité Central e responsável da Secção Internacional...

Camaradas de Trás-os-Montes

Vai realizar-se no próximo sábado, às 15 horas, no Centro de Trabalho da Rua Soeiro Pereira Gomes, uma reunião com camaradas naturais de Trás-os-Montes que residam na área de Lisboa...

Camaradas falecidos

ANTÓNIO RICARDO DA SILVA — Militante activo no trabalho desenvolvido junto dos reformados de Pirescoabe, faleceu na sua residência, no passado dia 3 do corrente...

Actividades do Partido

- Reunião de Quadros na Amadora — Com a presença do camarada Blanqui Teixeira, membro da Comissão Política do Comité Central...
● Algarve e a Reforma Agrária — Vários comícios de solidariedade para com a Reforma Agrária prepararam-se no Algarve...

Alcobaça: resistência prolonga abre os caminhos do futuro

Pouco mais de três anos passados sobre o assalto ao Centro de Trabalho de Alcobaça, realizou-se, tal como o «Avante!» noticiou oportunamente, a 1.ª Assembleia da Organização do PCP daquele concelho...

éxitos, detêm-se nas insuficiências e nos erros, procurando que da Assembleia saia um melhor conhecimento da realidade para melhor transformá-la...

Todos os membros do Partido podem contribuir para melhorar o Militante, como Boletim de Organização do Partido. Para isso, poderão escrever à Redacção de O Militante enviando, através da organização ou do correio, a sua opinião sobre o nosso Boletim...

Coragem e combatividade derrotam a reacção. Nas semanas que antecederam o assalto ao...

# PERSPECTIVAS 1979 IDEOLÓGICO

Agrária e às outras conquistas da Revolução, ao PCP e às outras forças democráticas, à Constituição e ao 25 de Abril, à URSS e aos outros países socialistas.

Desta situação resulta claro que é um imperativo do trabalho da hora presente a necessidade de reforçar o combate dos comunistas na frente ideológica, procurando formas adequadas de intervir positivamente e melhorando a ofensiva neste campo de luta de classes.

O combate à ideologia fascista e reaccionária resulta da crescente arrogância das forças do grande capital e da sua influência ainda significativa em camadas da média e da pequena burguesia; o combate ao reformismo social-democrata — que contraria o avanço do movimento operário e popular, que capitula (e quantas vezes promove) a política de recuperação — impõe-se em virtude de ainda influenciar sectores importantes da pequena burguesia e dos trabalhadores; finalmente, o combate ao esquerdismo, que é característico da pequena burguesia urbana radicalizada, justifica-se porque ajuda as forças da direita na tentativa de dividir os trabalhadores e as forças democráticas, contra os quais utiliza vastos meios provocatórios.

O ponto de encontro da actividade ideológica do fascismo e da reacção, da social-democracia e do esquerdismo é o anticomunismo e o anti-sovietismo.

É verdade que a crise da ideologia burguesa se aprofunda e que cada vez é maior a atracção das massas pela ideologia do socialismo. Mas o reforço do trabalho na frente ideológica é um reforço do próprio trabalho geral do Partido e um contributo para o melhoramento qualitativo do trabalho dos militantes comunistas em todas as frentes de acção. O que pode ser realizado neste campo é imenso, conforme se pode ver através das perspectivas de trabalho em alguns sectores do Partido.

## «O Militante» Reforçar o trabalho de organização é reforçar a linha ideológica

No panorama dos órgãos de imprensa do Partido assume particular relevância "O Militante". Boletim de Organização do PCP, de que é director o camarada Fernando Blanqui Teixeira, membro da Comissão Política do CC do nosso Partido.

"O Militante" é o órgão de imprensa do Partido através do qual se procura dar resposta aos problemas de organização que se colocam na actividade do nosso Partido, embora nele se trate igualmente de outros aspectos susceptíveis de melhorar o nível político e ideológico dos militantes do Partido — disse-nos o camarada Blanqui, ao traçar-nos as perspectivas de trabalho neste órgão de imprensa do PCP para 1979.

Além — acrescentou ainda — o camarada Blanqui Teixeira — uma melhor compreensão da importância e do papel da organização do Partido faz

parte do seu reforço ideológico.

"O Militante" continuará, neste ano, a sua missão de esclarecimento e de divulgação de experiências concretas de muito diverso tipo, sendo de prever que continue a sua expansão.

Em Dezembro de 1977 — acentuou o camarada Blanqui Teixeira — "O Militante" estava com uma tiragem de 23 500 exemplares; um ano depois, em Dezembro último, a tiragem atingia os 31 500 exemplares, o que representa um aumento de cerca de 35 por cento. Este ano, há condições para essa tiragem aumentar mais.

E a propósito do aumento constante da tiragem de "O Militante", o camarada Blanqui Teixeira sublinhou: O aumento da divulgação do nosso Boletim de Organização, muito superior, decerto, ao crescimento do Partido, revela que o interesse pelos problemas organizativos tem vindo a aumentar entre os militantes comunistas.

No decorrer do ano passado e para além dos problemas de organização, "O Militante" abordou ainda diversas questões ideológicas, como por exemplo o marxismo-leninismo, o esquerdismo, o trabalho com os católicos, bem como diversos outros temas relacionados com as lutas de massas, as várias frentes de acção do Partido, os problemas de quadros e de fundos.

"O Militante" conta muito com a colaboração dos militantes do Partido, e as suas páginas estão abertas à troca das diversas experiências vividas pelos militantes comunistas no trabalho de organização e em



A 3ª CONFERÊNCIA DA REFORMA AGRÁRIA

todo o trabalho de massas. O papel de "O Militante" reforçar-se-á tanto mais quanto maior for a compreensão dos militantes do Partido relativamente aos problemas de organização e a sua chegada ao próprio conteúdo do nosso Boletim — disse-nos ainda o camarada Blanqui Teixeira que, a finalizar o seu depoimento, nos focou um exemplo elucidativo da necessidade de divulgar e de esclarecer os princípios orgânicos do Partido, que cabe particularmente a "O Militante".

Para o Partido vêm amigos com diferentes experiências: vêm operários fabris, habituados a um trabalho colectivo e disciplinado; vêm artesãos, possuidores de uma experiência de trabalho individual e muito diferente. É preciso ler em conta todas estas diversas experiências, eliminar as posições que são inconvenientes ao trabalho partidário, consciencializar sobre o papel do Partido, reforçar a concepção leninista do trabalho organizativo.



Blanqui Teixeira, da Comissão Política do CC do PCP e director de «O Militante»

## Preparação de quadros Contribuir para a formação dos militantes do Partido

A preparação de quadros educados nos princípios do marxismo-leninismo é uma das forças de um grande partido das classes trabalhadoras como é o PCP. Daí que a realização de cursos regulares de formação e preparação de quadros, tanto a nível central, como a nível regional e, até, local seja um dos aspectos do trabalho do Partido que ultimamente mais se tem reforçado.

Nos cursos centrais de preparação de quadros, realizados por períodos de uma semana, 2277 militantes do Partido contactaram com nove grandes temas: nacionalização e sistema económico português; controlo operário; questão agrária; classes, luta de classes e problema do Estado em Portugal; unidade da classe operária em Portugal; revolução democrática e nacional; oportunismo de direita e de esquerda; Partido; processo revolucionário mundial. Além disso, várias palestras especiais trataram para estes militantes do Partido temas de grande actualidade como os problemas actuais da economia, a propaganda e as autarquias.

Por sua vez, os 140 que já participaram nos cursos centrais que duram um mês, estudaram em matéria de economia (26 horas de aulas e 14 de debates) questões relacionadas com o capitalismo, o imperialismo, o período de transição e leis do socialismo, as nacionalizações e o sistema económico português, o controlo operário e a questão agrária, enquanto que, no campo da filosofia (24 horas de aulas e 12 horas de debates) os temas mais focados foram o materialismo histórico e o materialismo dialéctico e, designadamente, a questão das classes, da luta de classes e do Estado. Finalmente, abordando as questões de estratégia e de táctica relativas à classe operária, ao Partido e ao processo revolucionário mundial (18 horas de aulas e 12 horas de debates), os participantes dos cursos abordaram os temas da unidade da classe operária em Portugal, do oportunismo de direita e de esquerda, da

de preparação de quadros. Estão neste caso os aspectos relativos aos meios materiais e humanos, nomeadamente as questões de apoio técnico (embora os cursos centrais utilizem já meios audiovisuais) e, ainda, conforme salientou o camarada Maria da Piedade Morgadinho, do CC do PCP, salientou-nos que, com base na experiência muito rica de três anos de trabalho, com base nas sugestões dos milhares de camaradas que



«A teoria marxista-leninista explica a evolução da sociedade humana e as leis objectivas fundamentais dessa evolução. Permite analisar as situações e os fenómenos e mesmo prever as linhas fundamentais do desenvolvimento social»

já frequentaram os cursos, das dezenas de monitores que já existem a trabalhar neste campo no Partido e dos camaradas responsáveis mais directamente ligados a este trabalho, estamos na altura própria de se imprimir uma nova dinâmica a este trabalho, embora sempre voltada para as situações concretas e para a realidade de cada organização do Partido.

Este tipo de trabalho não é novo no Partido — disse-nos, por sua vez, o camarada Álvaro Mateus, colaborador do CC do PCP — porque ele já vem de 1974 e, até, dos tempos da clandestinidade. Por outro lado, a par destes cursos de quadros realizados a nível central, há que salientar os cursos realizados a nível regional e até local, que abrangem muitos milhares de camaradas.

Um tipo de trabalho como este enfrenta algumas dificuldades que, logo que superadas, melhorarão consideravelmente o nível do trabalho

O trabalho da preparação de quadros é, mais do que uma realidade que já mobiliza cada vez mais sectores da actividade do Partido, uma imposição das novas tarefas com que se defrontam os militantes comunistas.

Também aqui, as soluções que a nível local as diferentes organizações forem encontrando serão um contributo para o melhoramento do trabalho nesta frente. Hoje, em praticamente todas as organizações regionais, funcionam cursos de preparação de quadros; na região da DORL, da DORS e da DORN, muitos são os concelhos e até sectores em que esses cursos são já uma realidade. Mas os militantes comunistas podem ainda ir mais longe: quando nos Centros de Trabalho se organizam uma biblioteca, quando se realizam leituras conjuntas de textos, quando se lê e se discute os órgãos de imprensa do Partido, são os quadros comunistas que se estão a preparar.

## Revista «EC» Destacar os graves prejuízos de adesão ao Mercado Comum

A revista "EC-Economia e Questões Sociais" é a publicação do Partido Comunista Português que procura dar resposta, entre outros, aos problemas que se colocam, no campo da economia nacional.

Contando com uma colaboração unitária, a revista procurará, este ano, segundo nos revelou o camarada Carlos Carvalhas — membro do Comité Central do PCP e director da "EC" — dar uma resposta, no campo ideológico, à grande campanha que pretende considerar positiva a adesão de Portugal ao Mercado Comum, ponto em evidência as consequências que daí advêm, nomeadamente a alteração das leis de trabalho, o congelamento de investimentos de interesse nacional e a consequente alienação da independência nacional.

Um outro ponto a abordar pelas revistas, em 1979, serão os estudos sectoriais, ou seja

a análise dos grandes sectores da economia portuguesa — construção naval, siderurgia, produção de papel, cimentos, etc.



Carlos Carvalhas, suplente do CC do PCP e director da revista de questões económicas e sociais «EC»

Por último, dar relevo — tanto mais que a propaganda imperialista redobrou de intensidade a sua campanha de culmas — à divulgação das realizações dos países socialistas no plano económico e social, não esquecendo que 1979 é o 30.º aniversário da criação do CAME — Conselho de Ajuda Mútua Económica. A manutenção do preço da revista (30\$00), que continuará com a sua periodicidade bimestral, é outra das preocupações para o ano corrente, mesmo tendo em conta que tudo aumenta a um ritmo galopante.

Por último, no campo da luta ideológica, a intenção é acompanhar com a máxima atenção tudo o que se passa em relação à Reforma Agrária, ao sector nacionalizado e ao controlo operário, grandes conquistas da Revolução, e esclarecendo e desmistificando os ataques e as campanhas que se prevê terão por objectivo estes sectores.

### JUVENTUDE

19.º ANO INTERNACIONAL DA CRIANÇA

ARGENTINA: QUE SITUAÇÃO?

linha geral

Reestruturação universitária em foco

Vietnam

Flauta: construir e tocar

Travolta

ENCONTRO NACIONAL CULTURA

# Engada

— o VII Extraordinário e o VIII —, nos quais a organização concelha esteve representada pelos seus delegados e convidados, também objecto de atenção do Relatório, salientando este o papel desempenhado pelo último Congresso para a dinamização dos trabalhos preparatórios que agora culminam com a realização desta Assembleia.

As várias eleições e o trabalho desempenhado pelos comunistas é ainda outro dos aspectos relatados e criticados pelo documento que, de seguida, analisa o trabalho unitário desenvolvido pelos comunistas, incluindo que, sempre que tentamos vencer o sectarismo e avançar com trabalho unitário, os resultados foram compensadores.

Os objectivos de uma Assembleia  
A Assembleia de Organização do Concelho de Alcobaça tem como objectivos principais cumprir os princípios de centralismo democrático bem claros nos Estatutos do Partido — afirma o Relatório aprovado, referindo-se depois aos trabalhos preparatórios que se iniciaram em Março do ano findo.  
Faz-se um bom trabalho de dinamização e esclarecimento dos diversos organismos, que se foi traduzindo num apreciável contributo para o bom andamento das tarefas preparatórias. Um razoável número de relatórios foi engadado, muitas contribuições individuais se recolheram, amplas discussões se fizeram acerca do modo como deveria ser programada a Assembleia.  
Depois de aprofundar alguns aspectos da preparação da Assembleia, o Relatório termina com o capítulo «As Tarefas da



# Na Carris a 1.ª Assembleia de uma das maiores células do PCP

Representando os cerca de 700 militantes da Célula da Carris, reuniram-se no passado sábado, no refeitório daquela empresa, os 130 delegados eleitos, na sua 1.ª Assembleia de Organização, à qual assistiram largas dezenas de convidadas.

Na mesa, constituída pelo Secretariado cessante, sentou-se também o camarada Manuel Pedro, membro do Comité Central. Após a abertura foi apresentado e discutido o Relatório de actividades da célula — contribuição dos trabalhadores comunistas da Carris, intimamente integrados na luta geral do nosso Partido para o reforço da unidade dos trabalhadores em defesa das suas conquistas, em defesa, em suma, dos interesses nacionais.

Após breve resenha histórica da empresa, que não deixa de recordar as tradições de luta dos trabalhadores da Carris, cujo sentido de unidade permitiu que se alcançassem grandes vitórias, o Relatório dobruça-se sobre a actividade da Companhia, com os seus 7 600 trabalhadores.  
Em 1977 — afirma-se — a Carris transportou 341 milhões de passageiros, o que significa que 79 por cento da população de Lisboa se transportou nos veículos da empresa. Comparativamente e até Outubro de 1978 transportaram-se 300 milhões de passageiros, o que pressupõe um aumento desse número.

Porém graves deficiências são ainda hoje apontadas aos serviços prestados aos utentes dos transportes públicos e cujas origens remontam à formação da empresa.  
Depois de referir os objectivos da Carris antes do 25 de Abril — essencialmente a obtenção de lucros de exploração através da

utilização de mão-de-obra barata, lucros que foram no entanto diminuindo originando medidas contra os trabalhadores e contra os utentes, lesados na qualidade dos transportes, o documento sublinha os vários passos dados após a nacionalização, em Julho de 1975, da parte do capital não estrangeiro, medidas que necessitaram do apoio da banca nacionalizada.

Apesar dos resultados positivos obtidos, a existência após a nacionalização de governos que tudo têm feito para inviabilizar as empresas nacionalizadas, com as sucessivas medidas dos pacotes e a submissão ao jugo imperialista do Fundo Monetário Internacional, cujo resultado é o aumento do preço dos combustíveis, das peças, dos impostos e das taxas de juro, veio agravar substancialmente a má situação financeira da Carris — diz ainda o Relatório, que salienta depois o papel construtivo dos trabalhadores da empresa, que apresentam aos órgãos do poder um memorandum com medidas destinadas a proceder-se ao saneamento económico-financiero da Companhia. Só mais de um ano depois é que um acordo de saneamento é finalmente celebrado. Mas as medidas que prevê não resolvem tudo. E o Relatório recorda:

Conscientes do papel que nos cabe na vida da empresa e à semelhança das propostas que apresentamos à Conferência das Organizações do Partido para a Defesa e Dinamização do Sector Nacionalizado e à Conferência Económica, apontamos algumas medidas que, no nosso entender, contribuirão para a resolução dos graves problemas dos transportes em

geral e, em particular, da Carris. São elas:  
Definição de uma política global de transportes; existência de um organismo de racionalização dos transportes, de coordenação entre os diferentes operadores e de ligação entre urbanismo e transportes; aumento de extensão de corredores reservados aos transportes públicos; uma correcta política de estacionamento de veículos particulares nos centros urbanos; escalonamento de horários de trabalho, com a participação dos sindicatos; melhor sistema de informação ao público; remodelação do material circulante; formação e reciclagem intensiva de todos os trabalhadores; melhoria das condições de higiene e segurança; planeamento a médio e a longo prazo.

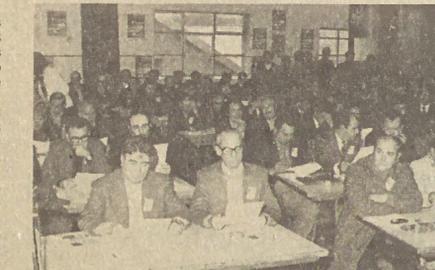
Uma visão ampla dos problemas

Praticamente todas as questões que dizem respeito aos trabalhadores em geral e aos comunistas em particular são abordadas no Relatório de Actividades da Célula da Carris. É assim que são analisadas a organização dos trabalhadores na empresa, a actividade sindical e o controlo operário, as actividades recreativas e culturais. Mas adiante é a Organização do Partido que merece a atenção do documento.

A nossa Organização tem atrás de si um passado rico de participação dos nossos militantes quer na vida da empresa quer nas lutas levadas a cabo pelos trabalhadores da Carris por melhores salários e outras regalias, bem como na luta pela liberdade e pelo

derube do regime fascista. Mais adiante, referindo-se ao progressivo alargamento da organização:  
Hoje a Célula da Carris é uma das maiores células de empresa do nosso Partido.  
A composição social e etária dos militantes, os diferentes organismos, a formação de quadros são ainda problemas abordados, no sentido de apontar deficiências e as correcções que se impõem e de salientar as experiências mais valiosas. Os Fundos e a actividade de Informação e Propaganda da célula são também capítulos que o Relatório desenvolve.  
Após as propostas de emendas, apresentadas por cinco delegados, foi o Relatório aprovado por unanimidade. Seguiu-se a eleição do novo Secretariado que ficou constituído por cinco operários, três empregados e um técnico, eleição em que se verificou também a unanimidade.  
Aos trabalhos, que decorreram

de forma viva, estiveram presentes vários responsáveis da empresa.  
No final, e na presença de cerca de 700 pessoas, em sessão aberta, o camarada Carlos Brito membro da Comissão Política do Comité Central, encerrou a 1.ª Assembleia da Célula com uma intervenção prolongada sobre a situação política actual, advertindo para os perigos das manobras divisionistas contra o movimento sindical, criticando depois a fórmula «apartidária» do Governo Mota Pinto e sublinhando a responsabilidade histórica do Partido Socialista na passagem de um tal Governo, que virá a acentuar os traços negativos da política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista com a consequente desvalorização dos salários reais dos trabalhadores. Crítico também as acções violentas e ilegais contra a Reforma Agrária que causam prejuízos à economia nacional e põem em perigo a própria democracia.



Aspecto parcial dos trabalhos da Assembleia de Célula da Carris, que reuniu mais de 130 delegados e dezenas de convidadas. A Assembleia, que alegou novo secretariado, aprovou por unanimidade o Relatório de Actividades apresentado à discussão

# Prazo do recenseamento foi prorrogado até dia 27-

A Assembleia da República aprovou anteontem, por proposta do Governo, a prorrogação do prazo do recenseamento eleitoral por mais quinze dias. Na sua declaração de voto, o Grupo Parlamentar do PCP sublinhou que o voto favorável dos comunistas à referida proposta de lei se enquadrava coerentemente na sua posição de defesa dum recenseamento tão completo e fiel quanto possível e aproveitou a ocasião para saudar o grande esforço desenvolvido pelos membros das Comissões de Recenseamento e seus colaboradores, no cumprimento dum dever cívico a todos os títulos meritório e ao qual nem sequer foi dada a ajuda necessária e devida.

Comentando certas campanhas de direita que procuraram dar uma imagem falseada do recenseamento e denegrir este elemento essencial à democracia, a declaração de voto faz notar que, embora tais campanhas não tenham conseguido os seus fins, contribuíram certamente para os atrasos e algum desinteresse por parte dos menos esclarecidos.

Os intentos da direita foram desde a primeira hora combatidos pelo PCP, que procurou contribuir da melhor forma, empenhando a fundo a sua organização, para divulgar e realizar o recenseamento, considerando-o tarefa importante na consolidação e defesa do sistema democrático-constitucional.

Como se faz notar na declaração de voto, os números divulgados pelo STAPE, referentes aos primeiros dias de Janeiro, comprovam concludentemente as nossas afirmações. As zonas onde a influência do PCP é mais notória são aquelas em que

os resultados se aproximavam mais da meta desejada — isto é, dum recenseamento completo e fiel de todos os eleitores.

Com tal objectivo — prossegue a declaração do PCP — consideramos perfeitamente justificada a prorrogação proposta, e ainda mais justificada pela coincidência do prazo de inscrição com a quadra festiva do Natal, sendo também certo que nas actuais circunstâncias não podem resultar inconvenientes da referida prorrogação, se exceptuarmos a sobrecarga de trabalho e o novo esforço que se pedem às comissões de recenseamento e aos seus colaboradores.

Na oportunidade, o PCP expressou ainda os desejos de melhores êxitos e endereçou os melhores saudações democráticas a todos aqueles que, com algumas dificuldades e com o sacrifício das próprias comodidades, tomaram possível com o seu trabalho voluntário e gratuito os resultados já alcançados e permitirão nos próximos 15 dias completar a importante tarefa nacional e democrática que é o recenseamento eleitoral.

A terminar, na declaração de voto do PCP apela-se uma vez mais a todos os eleitores potenciais que por circunstâncias vários ainda não se recensearam para que o façam, ao mesmo tempo que manifesta a esperança de que a imprensa e os meios de comunicação em geral continuem a desempenhar o seu importante papel, divulgando e promovendo o cumprimento dos deveres cívicos dos portugueses.

# Almada: os frutos da unidade

O Orçamento e Plano de Actividades para 1979 da Câmara Municipal de Almada foram aprovados por unanimidade nos três principais órgãos autárquicos do concelho — Câmara Municipal, Assembleia Municipal e Conselho Municipal.

A importância deste facto, tanto mais relevante se se tomar em consideração a composição política dos órgãos executivo e deliberativo — onde têm assento, para além dos membros da APU (força maioritária no concelho), socialistas, sociais-democratas e esquerdistas, e a variada formação do Conselho Municipal, de que fazem parte representantes da organização popular, dos trabalhadores, industriais, comerciantes, organizações católicas — não pode deixar de ser salientada como um exemplo vivo do trabalho unitário desenvolvido na base dum gestão democrática.

Para este resultado contribuiu certamente, e de forma decisiva, a significativa participação das Juntas e Assembleias de Freguesia bem como da Assembleia Popular do concelho na elaboração do referido plano de actividades. Fazendo o levantamento de carências, auscultando as aspirações mais sentidas da

população, sugerindo, criticando, os órgãos populares de base e de poder local intervieram de facto na planificação da actividade do seu município.

Abraçando um vasto rol de problemas, dedicando especial atenção à necessidade de renovação da rede de esgotos, ao problema do deficiente abastecimento de água e à indispensável pavimentação das ruas, para além das questões de fundo respeitantes ao planeamento do concelho, o Plano de Actividades do município de Almada não se limita a ser apenas um plano de obras.

Com efeito, a par dos problemas referidos, o Plano dedica também grande atenção às questões da saúde, cultura e desporto, aspectos igualmente fundamentais para melhorar as condições de vida da população.

A Câmara Municipal de Almada inicia o novo ano com um vasto programa de trabalho. Se as verbas não faltarem, e neste aspecto a responsabilidade cabe por inteiro ao Governo Mota Pinto, os órgãos autárquicos da população saberão levar a cabo o projecto comum de melhorar o concelho.

# Cooperativas de Habitação de Cascais promovem plenário geral

As Cooperativas de Habitação Económica (CHEs) de Cascais, por iniciativa da respectiva Coordenadora Concelhia, vão reunir-se em plenário geral no próximo sábado, dia 13, no Pavilhão dos Congressos do Estoril.

Em documento, entretanto, divulgado, aquela Comissão coordenadora acusa o município de Cascais de empatar todos os programas das CHEs no concelho, nomeadamente o respectivo presidente que não hesita em dar o dito por não dito, desrespeitando acordos e compromissos assumidos perante as cooperativas e mesmo desrespeitando as deliberações da Assembleia Municipal.

Durante o plenário, as Cooperativas de Habitação Económica de Cascais deverão definir as suas próximas reivindicações e debater as formas de luta para as concretizar.

Também o Concelho Municipal de Cascais criticou a actuação da edilidade rejeitando, em recente reunião extraordinária, o Plano de Emergência Concelhia (PEC), por o considerar contrário aos interesses populares.

Segundo o documento aprovado no Conselho Municipal, o PEC deve ser rejeitado enquanto plano, devendo, no entanto, pelos dados que acumula, servir de instrumento de trabalho útil para a elaboração de um verdadeiro plano, cujas opções coincidam com as aspirações da população do concelho, plano este que deverá ser elaborado na base de uma efectiva participação dos órgãos autárquicos e das estruturas representativas dessas mesmas populações.

# APU saúde Fanhões e promove festa popular

Os candidatos da Aliança Povo Unido às recentes eleições antecipadas de Fanhões vão realizar, no próximo dia 20 de Janeiro, um convívio com a população, para melhor conhecimento entre os eleitos e os que contribuíram com o seu voto para a vitória da APU.

O convívio, que será precedido de uma sessão de esclarecimento, contará com a presença de dirigentes do PCP, MDP e da APU e será animado pelos cantores que participaram na campanha e por outros a anunciar oportunamente.

Entretanto, a Coordenadora Nacional da APU divulgou um comunicado em que saúde a população local pelo importante contributo que deu à democratização da vida na sua terra, não só votando maciçamente nas forças democráticas, mas infringindo uma severa derrota ao PPD.

Salientando a dignidade, o clima de liberdade em que decorreu o acto eleitoral, o comunicado da APU faz notar que a significativa redução de abstenções demonstra uma vez mais que nas zonas em que não há limitações às liberdades, nem intimidações, o povo ocorre ao voto, em contraste com o elevado número de abstenções verificado nas zonas de dominação reaccionária, como o provam eleições parciais recentes, nomeadamente Mirandela e Penhascoso.

Confiante, a APU espera que a vontade agora expressa pela população de Fanhões encontrar, na composição da Junta de Freguesia e na plena unidade e participação entre todos, as formas de trabalho eficientes que contribuíram para reduzir, na medida do possível, as numerosas carências da freguesia.

# Associação dos Reformados promoveu festa-convívio

A União dos Pensionistas da Previdência e Segurança Social (UPPSS) organizou na sua sede, no passado dia 3, uma Festa-Convívio, cujo programa foi preenchido por um animado almoço de confraternização dos associados e uma sessão musical que contou com a colaboração de mais de uma dezena de artistas.

Esta festa, que decorreu em ambiente de alegria e entusiasmo, foi uma retribuição ao espectáculo realizado no passado dia 25 de Outubro, no Teatro Adóque, de solidariedade para com os trabalhadores reformados, e cujos fundos reverteram, através do "Fundo Social", para os reformados mais necessitados.



Embora o "Fundo Social" seja um organismo criado pela Associação para atender às carências mais dramáticas, não se pretende com ele substituir a obrigação do Estado, responsável por criar as estruturas necessárias e suficientes de apoio aos reformados, pensionistas, inválidos, terceira idade, etc., como determina a Constituição da República nos seus artigos 63 a 72.

No decorrer da festa-convívio foram entregues "Placas de Amizade" ao Sindicato dos Rodoviários do Distrito de Lisboa, ao Sindicato dos Trabalhadores de Espectáculos e à Cooperativa Teatro Adóque, pela sua efectiva colaboração na festa de 25 de Outubro passado.

# Monumento ao 25 de Abril

Prosseguem no concelho de Oeiras as iniciativas de dinamização da construção do monumento ao 25 de Abril, recentemente decidida pelos respectivos órgãos autárquicos.

Enquanto a respectiva Câmara Municipal se compromete a arrancar com o processo de construção do monumento no dia 25 de Abril do corrente ano, os reformados do concelho de Oeiras tomaram pública a sua disposição de colaborar activamente na iniciativa, nomeadamente participando na campanha de recolha de fundos e noutras tarefas que as comissões de apoio venham a levar a efeito.

As escolas do concelho participam também na animação da campanha, estando previsto o desencadear de uma série de acções no âmbito das comemorações do Dia Internacional da Criança, tais como a feitura de trabalhos infantis e juvenis subordinados ao tema "25 de Abril sempre! Fascismo nunca mais!".

# Moção de censura provoca demissão do presidente da Câmara de Pinhel

Na sequência de uma moção de censura aprovada por unanimidade na Assembleia Municipal de Pinhel, o presidente do respectivo município, eleito pelo CDS, demitiu-se das suas funções autárquicas.

A decisão do órgão deliberativo do concelho baseou-se na conduta de muito alheamento, que é quase abandono, por parte do senhor presidente da Câmara, que dias seguidos, senão semanas, está ausente dos Paços do Concelho.

Segundo a Assembleia Municipal, o referido eleito do CDS primava ainda pela ausência às reuniões distritais e regionais, o que não pode deixar de ser considerado um procedimento e conduta gravemente lesivos para o concelho e para a cidade e ofensivos dos deveres que democraticamente tem de observar perante os cidadãos do concelho.

# Com o Povo Unido tudo pela freguesia de Freixiel

A incapacidade para resolver os problemas mais sentidos pelo povo da freguesia de Freixiel parece ter sido o principal motivo que levou os eleitos do PS a demitirem-se dos órgãos autárquicos daquela freguesia do concelho de Vila Flor, (distrito de Bragança) provocando a realização de eleições antecipadas.

Num concelho ainda dominado pelo PPD (11 mandatos na Assembleia Municipal e dois na Câmara, incluindo o presidente), faltou ao executivo de Freixiel, presidido por um socialista, a capacidade e força de vontade indispensáveis para corresponder aos anseios da população das três localidades da freguesia — Freixiel, Vieiro e Folgares —, cujas carências primárias vão desde a falta de água e electricidade à necessidade de caminhos, passando evidentemente pelas precárias condições existentes no campo da educação, saúde, e actividades culturais e recreativas.

Nos anteriores órgãos de poder local, compostos apenas por eleitos do PS e PPD, faltou sem dúvida a voz dos representantes do Povo Unido, que em 1976 não concorreu às eleições nesta freguesia.

Para acabar com este estado de coisas e pôr a Assembleia e Junta de Freguesia ao serviço de todo o povo da freguesia de Freixiel, é que o Povo Unido resolveu apresentar uma lista às eleições que se vão realizar no próximo dia 28 do corrente, conforme se salienta em recente comunicado da APU.

Composta por homens de diversas tendências políticas, incluindo comunistas, socialistas, independentes, a lista da APU caracteriza-se por apresentar um conjunto de pessoas que todos conhecem pela sua dedicação, trabalho e seriedade, capazes de garantir um bom funcionamento da Assembleia e Junta de Freguesia, inteiramente dedicados à solução dos problemas concretos e das carências da freguesia de Freixiel.

E muito há sem dúvida a fazer. Para além do problema geral da falta de habitação que também se faz sentir em Freixiel, a água escasseia no Verão em toda a freguesia, enquanto nem sequer chega a alguns bairros que de há



Na freguesia de Freixiel, como em muitos outros pontos do Norte do país, a pequena agricultura é ainda para muitos o único meio de sobrevivência.

o panorama não é melhor. Médico, só duas vezes por semana e para um máximo de doze pessoas de cada vez, enquanto as horas de descanso se passam sem actividade recreativa. O único grupo de futebol que existe também não pode desenvolver a sua actividade de melhor forma por falta de apoio e de estruturas.

Nesta breve resenha de carências — a que os

anteriores eleitos não souberam atender — constata-se bem quanto de facto há a fazer, para quem esteja disposto a trabalhar e saiba mobilizar a população na luta pela resolução dos seus problemas.

Como se afirma no comunicado da APU, os candidatos do Povo Unido — cinco agricultores, quatro operários, dois operários agrícolas e um empregado

bancário — são os únicos que podem defender os interesses dos pequenos e médios agricultores, dos trabalhadores agrícolas, das mulheres, dos jovens e de todo o povo da freguesia de Freixiel.

Levar a voz do Povo Unido aos órgãos de poder local é eleger os homens que estão dispostos a fazer tudo pela freguesia de Freixiel e a garantir a defesa da democracia.

| LISTA DOS CANDIDATOS         |                         |
|------------------------------|-------------------------|
| Ernesto Manuel Castanheira   | — Operário Agrícola     |
| João Batista Gouveia         | — Agricultor            |
| Francisco Manuel Morais      | — Agricultor            |
| Sérgio Altino Teixeira       | — Motorista             |
| António Ezequiel C. Garcia   | — Agricultor            |
| Fernando José Fernandes      | — Operário Const. Civil |
| José Augusto Carvalho        | — Agricultor            |
| Manuel Delfim Fernandes      | — Operário Const. Civil |
| Camilio A. Carneiro Carvalho | — Bancário              |
| Cristiano Ferreira           | — Agricultor            |
| Manuel Luis S. Pires         | — Canalizador           |
| Emílio António               | — Operário Agrícola     |

# Trabalhar para servir o povo de Arcos é objectivo da APU

Trabalhar para servir o povo de Arcos — é o lema da lista da Aliança Povo Unido candidata às eleições suplementares que se realizam naquela freguesia do concelho de Vila do Conde no próximo dia 28 de Janeiro.

A realização deste acto eleitoral, a menos de um ano das eleições gerais para as autarquias, surge na sequência da actuação irresponsável dos anteriores eleitos, que não souberam superar as desavenças pessoais e partidárias.

Detendo os eleitos do PPD a maioria absoluta na Assembleia de Freguesia (quatro mandatos, contra três do CDS) e sendo a respectiva Junta composta exclusivamente pelo PPD (três elementos), não se compreende muito bem como chegaram a uma situação de ruptura pessoas que em princípio deveriam defender os mesmos princípios. A situação é tanto mais estranha quando se verifica que as mesmas

personas daquele partido se voltam a candidatar...

Cabe perguntar, e a população de Arcos não deixará de certo de o fazer, quais as garantias que estes homens podem dar, se voltarem a ser eleitos, de manter uma gestão equilibrada e de defesa dos interesses populares até ao fim do seu mandato?

As eleições suplementares, nas actuais condições, a ninguém beneficiam, implicando, para além de perda de tempo, um desnecessário gasto de energias e de dinheiro que mereciam melhor aplicação.

Os candidatos da APU, apesar de considerarem que estas eleições deveriam ter sido evitadas (bastava que o grupo maioritário na Assembleia,

isso se deve apenas ao facto de praticamente não ter existido programa. Mas o pouco que foi feito bastou para mostrar a incapacidade e a defesa de interesses pessoais.

Recorde-se, por exemplo, o facto de um dos poucos lugares que teve a sorte de ser iluminado ficar (por acaso?) no caminho da casa do ex-presidente da Junta, beneficiando apenas mais duas casas; ou o outro caso, mais grave, do dinheiro despendido na construção da ponte tão desejada pela população, mas que, por ter ficado demasiado estreita, não permite a passagem dos transportes públicos!!!

Como os candidatos da APU fazem notar, se tivesse havido maior empenho e boa vontade por parte da anterior Junta, alguns dos problemas ainda existentes em Arcos poderiam ter sido resolvidos, até porque

a população nunca se negou a colaborar, sempre que foi chamada a fazê-lo. Saliente-se, a propósito, que das largas dezenas de contos recolhidos em dois cortejos há ainda um aparte por aplicar, situação inadmissível numa freguesia onde as carências essenciais não faltam.

Do arranjo de caminhos à continuação das obras da ponte que é necessário alargar, passando pela indispensável melhoria da iluminação pública e um melhor aproveitamento da água dos poços, sem esquecer a urgente necessidade de um posto de Telesecola, a construção de lavadouros públicos, a melhoria dos transportes, o apoio aos agricultores, às crianças e à juventude, sobretudo na ocupação de tempos livres e na dinamização de actividades culturais e recreativas, um longo caminho há a percorrer para fazer de Arcos uma freguesia virada

para o futuro, na senda do progresso.

Qualquer programa de acção, porém, como faz notar a lista da APU, só poderá corresponder aos interesses da população se for discutido por todos e em conjunto serem definidas as prioridades, pois caso contrário corre-se o risco de se tomarem medidas que poderão não ser as mais necessárias, em prejuízo de outras mais urgentes.

Contrariamente às outras listas que concorrem às eleições (a do PPD, composta pelos mesmos que quase nada fizeram e a do CDS, formada pelos grandes da terra), a lista da APU apresenta candidatos que, sem fazerem promessas impossíveis de cumprir, têm consciência do que podem realizar e estão dispostos a trabalhar por isso, certos de poderem contar com o apoio e força de vontade do povo de Arcos.



As mulheres, sobretudo nas regiões menos desenvolvidas, continuam a viver oprimidas, entre os trabalhos de casa e a dura vida dos campos, sem perspectivas de um futuro melhor



As mulheres, sobretudo nas regiões menos desenvolvidas, continuam a viver oprimidas, entre os trabalhos de casa e a dura vida dos campos, sem perspectivas de um futuro melhor

# Alargar a defesa da Reforma Agrária • abaixo-assinados: um meio importante

A defesa da Reforma Agrária ganha cada vez maior espaço na opinião pública. A base de apoio tradicionalmente constituída sobretudo por trabalhadores das fábricas, das empresas, dos escritórios e por estudantes e intelectuais progressistas, alarga-se a camadas médias da população que a evolução dos acontecimentos tem vindo a esclarecer e às quais repugna vivamente a violência feroz do MAP e o modo como esta acção devastadora da Reforma Agrária tem consequências gravíssimas no processo produtivo. Este despertar e comprometimento das camadas médias da população na defesa da Reforma Agrária, realidade que deve ser estimulada e ampliada, é tanto mais visível nos pequenos e médios comerciantes e industriais que viram, fundamentalmente a nível local na zona de intervenção, a sua actividade progredir com o avanço da Reforma Agrária e que sofrem já, por reflexo, os efeitos negativos das reservas e dos outros meios — como seja o estrangulamento económico-financeiro — utilizados pelo MAP na sua ofensiva.

Realidade sob certos aspectos nova, ela impõe às forças democráticas um maior trabalho de esclarecimento, de mobilização, de organização. Uma das tarefas que se colocam às forças democráticas, neste momento, é a intensificação da recolha de assinaturas dos abaixo-assinados de defesa da Reforma Agrária que correm a nível nacional, os quais devem reflectir, de maneira inequívoca, o enorme protesto popular e nacional contra os atentados criminosos que afectam a Reforma Agrária e, através dela, toda uma situação democrática e todo o povo.



## Integração Europeia: Porque é que a CAP a defende?

A resposta à questão é dada pelo próprio chefe da CAP e reproduzida pela imprensa reaccionária a 18 de Dezembro. "Houve um período da revolução em que tivemos de dedender a existência da propriedade privada. Hoje chegou o momento de dar um passo em frente e lutar para que as propriedades privadas (...) tenham dimensões que lhe assegurem a sua viabilização económica em concorrência com as dos países do Mercado Comum."

diários "engolirem" os pequenos agricultores. E no entanto, o número de pequenas explorações com menos de 4 hectares que desapareceram entre 1952 e 1968 foi de 108 000, e entre 1940 e 1970 desapareceram 214 000 proprietários agrícolas dos quais a maior parte eram pequenos e médios agricultores.

### À custa de quê a viabilização?

Quando Casqueiro afirma "chegou o momento de dar um passo em frente e lutar para

consequências, para a França, da sua entrada no Mercado Comum foi, nos últimos 20 anos, a eliminação de metade das explorações agrícolas francesas (mais de um milhão) e aquelas que subsistem não estão seguras de não desaparecer também. Destas, 2/3 (ou seja mais de 600 000) estão ameaçadas de expropriação até 1985 pelo Plano Mansholt.

De igual modo, em Itália, onde, entre 1957 (ano da constituição do Mercado Comum) e 1973, 2 300 000 camponeses foram obrigados a deixar a sua terra e 5 milhões de hectares de terras agricultadas estão em pousio.

Então se a experiência demonstra que a integração europeia traz à agricultura, entre outras consequências, as da diminuição da população agrícola e da eliminação progressiva das pequenas e médias propriedades agrícolas, quais as propriedades privadas agrícolas que, se tomam "viáveis"? O que entende Casqueiro por viabilização económica das propriedades privadas em concor-

rência com as dos países do Mercado Comum?

A resposta é simples: quando Casqueiro fala na viabilização económica de propriedades privadas está a pensar evidentemente nas de grandes dimensões, nas de dimensão capitalista, as únicas que não só resistem às consequências da adesão à CEE como ainda se fortalecem à custa das tais pequenas e médias explorações liquidadas na voragem da integração europeia.

E aqui, como aliás noutros aspectos, existe homogeneidade entre todos os que defendem a entrada para o Mercado Comum: CAP, Governo Mota Pinto, partidos de direita, forças reaccionárias. O que uns e outros pretendem e prosseguem é a concentração capitalista na agricultura. No célebre "Memorando sobre a reforma da agricultura na Comunidade Económica Europeia" que, a 18 de Dezembro de 1968, Mansholt apresentou aos seis Estados Membros do Mercado Comum — daí o ser conhecido



A destruição de produtos agrícolas, prática comum nos países do Mercado Comum, consequência inevitável da integração europeia, só na última campanha agrícola atingiu mais de 200 mil toneladas de géneros hortícolas e frutas no valor de 1 milhão e 200 mil contos!

como Plano Mansholt — afirma-se a dado passo: "Infelizmente o processo de concentração das empresas faz-se muito lentamente e é absolutamente insuficiente

para eliminar ou mesmo atenuar as dificuldades que se têm vindo a descrever."

— Não é possível maior clareza.

O caminho da "viabilização económica" leia-se "concentração" — para algumas propriedades privadas seria o caminho da ruína para muitas e muitas pequenas e médias explorações. A consciência desta realidade obriga os pequenos e médios agricultores mobilizados pelos suas organizações de classe, os trabalhadores das UCPs/Cooperativas e outros trabalhadores rurais, a opinião pública democrática, as forças políticas progressistas a lutarem contra uma integração — a chamada integração europeia — que mais não representa que, maiores dificuldades para os pequenos e médios agricultores e as UCPs/Cooperativas, maior endividamento e dependência do nosso país.

A experiência dos trabalhadores dos outros países integrados no Mercado Comum, que sofrem um desemprego crescente e uma inflação galopante, a experiência dos pequenos e médios agricultores desses países já arruinados, temendo em cada dia, o dia de amanhã, aí está para demonstrar o caminho da luta "para que o mal dos outros não seja também o nosso."

## Um exemplo do desastre...

Um exemplo bem claro da política agrícola do Mercado Comum:

Durante a última campanha agrícola foram destruídos, desnaturados ou dados como alimentação ao gado, nos países do Mercado Comum, produtos no valor de 1 milhão e 200 mil contos, correspondentes a mais de 200 mil toneladas de géneros hortícolas e fruta — 30 mil de couve flor, 23 mil de tomate,

60 mil de pêssegos, 41 mil de pêras, 2 600 de maçãs, 16 mil de laranjas e 28 mil de tangerinas.

A informação foi prestada pela Comissão Europeia a pedido de um membro do Parlamento Europeu.

Justificação da Comissão Europeia relativamente a tais destruições: evitar a quebra dos preços de venda dos produtos.

da reacção acrescentará aquilo que hoje considera inoportuno dizer: "A CAP sempre defendeu as propriedades privadas desde que sejam grandes; a CAP sempre defendeu as empresas privadas desde que pertençam aos ricos."

Na realidade, a propriedade privada nunca foi posta em causa por ninguém no nosso país. Aquela que foi efectivamente posta em causa foi a propriedade monopolista e latifundista — e só essa. E essa — quer a CAP queira ou não — foi em grande medida liquidada: liquidou-a a vontade do povo e a Constituição manda liquidá-la, como caminho necessário para a construção de uma sociedade mais justa, em que desapareça a exploração do homem pelo homem.

De facto, a CAP verte lágrimas de crocodilo pela propriedade privada. Mas nunca a vimos criticar a liquidação da pequena propriedade e da pequena exploração agrícola sob o fascismo em consequência de os latifun-

dos que as propriedades privadas (...) tenham dimensões que lhe assegurem a sua viabilização económica em concorrência com as dos países do Mercado Comum" tem em mente a experiência das consequências da política agrícola do Mercado Comum: nos seis países que inicialmente constituíram esse grupo da CEE, entre 1960 e 1973, a população rural diminuiu em 7 milhões de pessoas enquanto o rendimento médio dos camponeses no período de 1973-76 diminuiu 6,3%. Aparentemente apenas, a título de exemplo, o que se passa com o vinho e a vinha em França.

A CEE aprovou um programa dito de modernização da viticultura do Mercado Comum, que contém uma medida de redução da área da vinha de 200 000 hectares em Itália e França. O MODEF, organização de pequenos e médios agricultores franceses, calcula que, se tal medida for avançada, provocará o desemprego de 15 000 famílias camponesas. Acrescente-se que uma das



Outra das consequências da integração: pequenos e médios produtores de vinho são estrangulados numa competição não já somente nacional, mas também a nível internacional. A somar aos milhares de pequenos e médios produtores de vinho falidos em França, no mesmo país, 15 000 famílias cuja actividade principal é a produção de vinho, estão em risco de completa ruína por causa do plano de "modernização da viticultura" do Mercado Comum.

## Filho de pastor é que brilhava?

São histórias vividas pelos que, no latifúndio, trabalhavam a terra, lutavam pela terra, sonhando o dia em que ela seria de todos. São histórias de desemprego e fome. Histórias dos que, nascidos em tempo de latifúndio, nele encontraram forças e unidade para ganhar tempos sem latifúndio nem latifundiários.

São histórias daqueles que dizem num grito de muitas vozes:

"O tempo do latifúndio não pode voltar mais às nossas terras!"

José Alberto Catana Ventura, 42 anos trabalhador agrícola de Ferreira do Alentejo, recorda esses tempos de «nunca mais»:

"O meu pai, Silvestre Ventura, pastor agrícola, criou sete filhos pensando de dia e noite para criar a gente. A miséria era bastante, não houve em que nem camisa tínhamos, as necessidades eram demais.

"Até aos 13 anos, andei com o meu pai a guardar gado. O meu pai não teve possibilidades de mandar a gente à escola porque éramos muitos e os nossos irmãos mais velhos tinham de trabalhar para dar de comer aos mais novos.

"A vida era bem madrastra. O meu pai guardava no latifúndio as cabeças de gado do senhor agrário. O trabalho tínhamo-lo nos

todo, mas o agrário é que comia o bom bife e arrecadava o lucro. O meu pai não tinha ordenado. Ou antes, recebia 200\$00 por ano. Como um par de botas nessa altura custava 170\$00, nós andávamos descalços. Ainda o que valia era que o meu pai tinha 50 ovelhas e desse lucro é que dava para dar de comer, mas muito mal, para toda a família. Mas as ovelhas foram ganhas à custa de muito penar. O meu pai quando foi para a do agrário já as levava e quando se veio de lá, também as trouxe porque eram dele. O agrário só dava a pastagem para essas 50 ovelhas, mais nada.

"O meu pai fazia um alavão — que é ordenhar as ovelhas de noite, às 3 ou 4 da manhã, quantas vezes chovendo a bom chover. Faz-se uma rede de um lado e do outro — chama-se um prisco — metem-se lá as ovelhas e aquela hora tem de se ordenhar faça bom ou mau tempo. Às vezes, debaixo de temporais e trovões. Nessa altura, à custa deste trabalho arranjava-se uns 22 quilos de queijo, o que dava uns 350 queijos que vendíamos. E não tínhamos mais nada.

"Mas nesse tempo dizia-se no Alentejo que quem brilhava eram os filhos dos pastores. Quando me fiz mais homem e conseguí um par de botas, diziam os outros trabalhadores «os pastores é que estão bem» e nós com a barriga cheia de fome.

"Depois a minha mãe teve mais filhos mais novos do que eu, eu já tinha 13 anos e fui para o trabalho do campo. Cavando, trabalhando quase dia e noite, ganhando 16\$00



A vida era bem madrastra! O meu pai guardava no latifúndio o gado do agrário. Trabalho tínhamo-lo nós todos, mas o agrário é que comia o bom bife e arrecadava o lucro

e sofrendo aquela má vontade que os agrários tinham contra a gente.

"Depois, aos 24 anos, casei-me. Sempre suspirando por uma vida melhor, sempre a pensar se não apareceria um dia que a exploração abalasse, se a gente não conheceria outra vida. E sempre vá de trabalhar até mais não poder. Estive em Lisboa e em Almada nas obras, no Algarve no tomate e quando na minha terra havia trabalho cá ficava. Durante anos nem pudíamos pensar, eu e a minha mulher, em ter filhos. A fome sobejava para nós dois.

"Finalmente veio o 25 de Abril. Foi um novo sol que apareceu em Portugal. O trabalho não faltava. Os ordenados subiam: 160\$00 para os homens; 130\$00 para as mulheres. Vimos a vida crescer para diante.

"Mas agora, com os ataques à Reforma Agrária, com o custo de vida, sabemos que são ainda muitos os que querem que isto vá para trás. Mas nós que experimentámos uma vida a crescer para diante, que nada tínhamos a perder no tempo dos latifúndios a não ser fome, que temos ainda tudo a ganhar se as coisas se aguentarem, nós continuamos a fazer força para a frente, sem quebrar nem torcer. E somos muitos. Não queremos que os tempos do latifúndio, os tempos em que andávamos ganindo com fome, voltem às nossas terras."

## Que justificação para a importação do vinho?

A Junta Nacional do Vinho (J.N.V.) cujo presidente é o homem da CAP, Tomás Correia, sempre parece ter concluído a importação de 800 mil hectolitros de vinho no valor de um milhão de contos, isto é, ao preço de 12\$50 por litro, desprezando os protestos dos pequenos e médios produtores que vêm paralisados o escoamento do seu vinho e são atingidos por uma sensível baixa de preços à produção.

A colheita de vinho de 1977/78, segundo estimativas do INE, revela que a produção foi de cerca de 5,5 milhares de hectolitros, o que representa uma quebra de 45% em relação à média dos últimos dez anos. Mas este facto está longe de justificar a decisão de importar vinho.

Num comunicado sobre o assunto, a CNA diz: «Já foi feito o levantamento do stock vinícola em poder da JNV, das adegas, das cooperativas, dos armazenistas e dos agricultores? Quanto vinho existe armazenado?»

«A JNV não pode ignorar que, apesar da baixa produção deste ano, já existe alguma dificuldade com a sua venda na produção devido a ter-se anunciado a importação a baixos preços ou a manobras comerciais, ou ainda à grande fabricação de "vinho a martelo" por negociantes»

«Só a partir da análise dos quantitativos produzidos este ano, dos quantitativos armazenados de anos anteriores, das necessidades de consumo e de compromissos de exportação, é que se poderá concordar ou discordar da eventual importação».

Acrescenta a CNA que as Adegas Cooperativas não foram, na sua totalidade, consultadas sobre a importação, o mesmo acontecendo com a maioria das organizações de agricultores e a sua organização socioprofissional nacional, a CNA. E conclui:

«Se a JNV vai comprar o vinho a 12\$50 o litro, a que preço o vai pôr no mercado? Quem é que o vai distribuir? Quem é que vai arrecadar os lucros? Os vinhos importados não podem prejudicar os produtores nacionais! Os diferenciais dos lucros com os vinhos importados não podem ser desviados para o comércio, para os armazenistas, que tantos negócios e tão enormes lucros fazem sempre com o vinho».

## Intensifica-se a luta dos rendeiros pela alteração da «lei dos senhorios ricos»

Por todo o país, mas fundamentalmente no Norte e Beiras, cresce a movimentação dos rendeiros pela alteração da Lei do Arrendamento Rural, da lavra do PPD, com propriedade conhecida por «lei dos senhorios ricos».

A apresentação de dois projectos, um do Partido Comunista Português, outro do Partido Socialista, à Assembleia da República para revisão da actual lei do arrendamento, veio intensificar uma longa luta que mobiliza tantos mais rendeiros quanto maior é o número dos atingidos e dos ameaçados pelas consequências da aplicação da Lei do PPD, nomeadamente dos Artigos, 17.º, 18.º e 19.º, à sombra dos quais os rendeiros são expulsos das terras.

Relativamente a despejos injustos de rendeiros, encontram-se a correr no Porto 116 processos, 61 em Braga e 118 na Covilhã e no Fundão, números que apenas dão uma pálida imagem da realidade.

Esta insegurança vivida pelos rendeiros tem efeitos perniciosos não só porque corresponde a uma agudização da exploração dos rendeiros por parte dos senhorios ricos escudados na lei do PPD, como ainda porque conduz ao agravamento do processo produtivo — já bastante afectado pela política de preços do Governo — dada a retração que traz ao investimento e à utilização de técnicas mais avançadas.

O projecto do PCP visa fundamentalmente: a alteração dos despejos e garantir a estabilidade da exploração agrícola bem como a regulamentação do funcionamento das Comissões Concelhias de Arrendamento Rural.

## UCPs de Portalegre oferecem produtos ao Hospital

Mais de 700 litros de azeite, duas toneladas de batatas, uma tonelada e meia de grão, mais de mil quilos de feijão e 1375 escudos em dinheiro, eis a oferta das UCPs/Cooperativas do distrito de Portalegre, através do seu Secretariado, ao Hospital Distrital de Portalegre como modo de contribuição para a Festa de Natal de 1978 deste estabelecimento hospitalar.



## Mulheres da Marinha Grande apoiam a Reforma Agrária

Por iniciativa do departamento de Mulheres da União dos Sindicatos de Leiria e de um grupo de mulheres antifascistas, realizou-se no passado domingo, na Marinha Grande, no Teatro Stephens, uma sessão de apoio à Reforma Agrária.

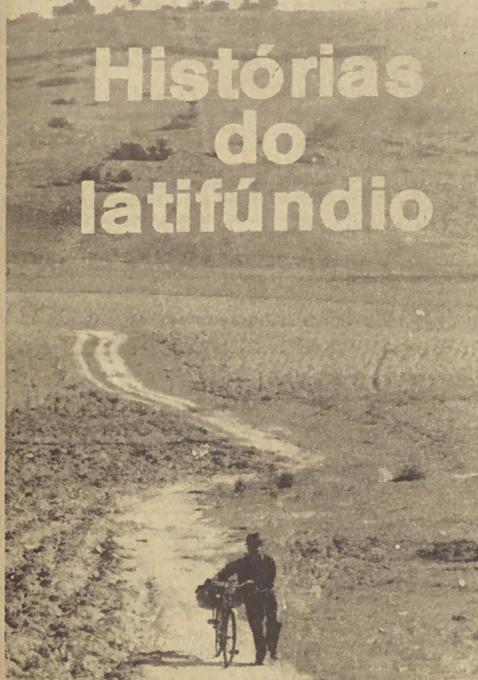
Cerca de 500 pessoas, na sua maioria mulheres, assistiram à sessão na qual intervieram vários participantes, entre as quais Luzia Varela, do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas de Beja, que denunciou a acção legal e violenta do MAP. A sessão terminou com Canto Livre.

## «Amigos da Reforma Agrária»: um tractor para Vale Mortos!

Com pedido de publicação, recebemos do Grupo Unitário de Amigos da Reforma Agrária, Beja, o seguinte comunicado:

«Este Grupo que há meses iniciou uma campanha de fundos para a compra de um tractor a oferecer à UCP «Margem Esquerda» agradece a colaboração dada por todos os que têm ajudado esta campanha e informa: os trabalhadores de Viana do Castelo já enviaram 41 123\$00 e uma toalha no valor de 5 000\$00. Os trabalhadores da Tomé Feiteira enviaram 5 055\$00. De três festas culturais realizadas no distrito de Beja e de donativos diversos resultou a quantia de 13 822\$00.

«Este Grupo apela uma vez mais aos trabalhadores e ao povo português para que se unam nesta jornada de luta em defesa da Reforma Agrária, contribuindo para a ajuda da compra do tractor a oferecer aos amigos e companheiros da UCP «Margem Esquerda» (Núcleo de Produção de Vale Mortos)».



## Histórias do latifúndio

# A propósito de desemprego. Que se passa na URSS?

O problema do pleno emprego foi resolvido na URSS já em 1930 e hoje em dia, em qualquer país socialista, não há dificuldades em arranjar trabalho ou assegurar uma carreira. É evidente que esta realidade deriva do próprio sistema social ali praticado e a sua conquista não foi isenta de dificuldades, mas a verdade é que já há muitos anos que problemas desse tipo foram erradicados do mundo socialista.

Todavia a argumentação de que o desemprego foi resolvido nos países socialistas e nomeadamente na URSS à custa da produtividade e da generalização do subemprego, é utilizada com muita frequência pelos economistas burgueses. Vejamos então dados estatísticos.

De 1951 a 1974, graças ao aumento do número de pessoas ocupadas na indústria, a produção aumentou em 15% nos países do CAME, enquanto a parte do incremento devido a uma maior produtividade do trabalho foi de 85%. O ano passado, na Hungria e na RDA, a produtividade assegurou 100% do incremento da produção industrial, na Bulgária 93% e na Checoslováquia 91%.

Nos últimos anos o problema do emprego nos países europeus do CAME apresenta outra faceta: escasseia a mão-de-obra. E mais: segundo os demógrafos, esgotaram-se quase todas as reservas potenciais disponíveis, não se esperando que, num futuro próximo, estas aumentem em níveis consideráveis. Como resolver este problema? O objectivo principal, nos países do mundo socialista, é acelerar a produtividade. Há projectos para elevar o ritmo de mecanização e automatização dos processos produtivos e em primeiro lugar onde é maior a participação do esforço físico. Isto é muito importante porque o trabalho pouco qualificado, embora bem remunerado, atrai cada vez menos gente, especialmente os jovens, com cursos secundários. Naverdade aumenta continuamente o interesse por trabalhos mais complexos, o que é lógico dado o aumento geral do nível de vida e da instrução.

Tanto na URSS como nos outros países do CAME alterou-se, no presente quinquénio, a correlação de investimentos em obras novas e na modernização das velhas. A parte do capital

a atribuir a obras novas diminuiu a favor do reequipamento técnico das fábricas já existentes, para assim se superar o problema da falta de mão-de-obra e aproveitar mais racionalmente a existente, mediante a melhoria da organização do trabalho e das condições laborais.

É natural que, no futuro, haja necessidade de reduzir o pessoal de uma ou outra empresa para elevar a eficiência da produção; mas esses trabalhadores não demorarão a ser integrados noutra parte, o que não terá problema pois todas as decisões relacionadas com a redistribuição dos recursos laborais, tanto na URSS como nos outros países do CAME, visam, na generalidade, o aperfeiçoamento pessoal, melhorar as condições de trabalho e aumentar os salários. Por princípio há muito seguido nestes países, tanto os que permanecem no mesmo trabalho como os que mudam para um novo têm de sair igualmente beneficiados, até porque o aproveitamento mais eficaz da mão-de-obra obtém-se observando rigorosamente os interesses do trabalhador e o seu direito ao trabalho.



## Temas vários

# O reinado de D. Dinis e a ascensão da burguesia portuguesa

A 7 de Janeiro de 1325 morria em Santarém com 64 anos e depois de ocupar o trono durante 46, o sexto rei de Portugal, D. Dinis. Que Alexandre Herculano classificaria de "avarento", Oliveira Martins de "amorado", de quem Camões diria que parecia "do bravo Afonso (Henriques) estirpe nobre e digna" e que passaria à História sob o cognome de "O Lavrador".

De D. Dinis se pode dizer que foi o primeiro rei português que recebeu uma preparação de homem de Estado e não só de cabo de guerra. Seu pai dera ao primogénito educação cuidada, para o que fizera vir da Aquitânia o sacerdote Emeric d'Ebrard (que viria a ser bispo de Coimbra), bem como mestres portugueses como Domingos Anes Jardo, que assumiu papel determinante na criação dos Estudos Gerais. Por outro lado, através de sua mãe, filha de Afonso X de Castela, "O Sábio", vinha toda a influência do que fora uma das cortes intelectualmente mais ricas da época.

### O conflito com o clero

No capítulo das questões internas, uma avulsa: o conflito com o alto clero, que determinara a excomunhão de quase todos os seus antecessores, uma guerra aberta que custara o trono a seu tio D. Sancho II e que seu pai agravara de forma a provocar, quatro anos antes da aclamação de D. Dinis, uma bula de Gregório X com violentas imposições ao soberano português em benefício dos bispos que se queixavam junto do papa.

Com todas as implicações religiosas inerentes à época, o problema não tinha contudo bases muito místicas: residia no muito terreno facto de que o alto clero era o maior proprietário de terras do reino, com o correspondente poder económico, político e militar. Durante toda a primeira dinastia, os conflitos determinados pela necessidade de concentração do poder real não opuseram o rei tanto à nobreza mas essencialmente aos bispos e abades que constituíam a verdadeira cabeça das classes possidentes nacionais.

A consolidação do poder do rei passou assim, nesse período, pelos conflitos entre os herdeiros do monarca que

morria e lutas para restringir a influência do clero.

Durante o seu reinado e nas situações mais agudas, D. Dinis contou com o apoio de alguns altos dignatários da Igreja portuguesa contra outros, impedindo a unidade no campo adversário que fora determinante para a liquidação, nomeadamente, de D. Sancho II. Por outro lado, desencadeou uma intensa actividade diplomática junto da Santa Sé que conduziu à assinatura de duas concordatas que, no essencial, salvaguardavam a primazia do poder da casa real.

Finalmente, através da estruturação jurídica do Estado e de medidas económicas, retirava à Igreja o papel de estrutura básica da sociedade e procurava apoios nas classes populares e numa burguesia nascente que se lançava nas actividades de um quadro económico proto-capitalista que a acção do rei fomentava.

Cristo. Com esta hábil manobra, D. Dinis conseguiu que os vastíssimos domínios da Ordem do Templo, que se estendiam fundamentalmente a Sul do Mondego, não transitassem para as mãos dos bispos e mosteiros nortenhos, mas sim para uma nova estrutura (a Ordem de Cristo) directamente controlada pela família real.

Com as Inquirições, D. Dinis deu, por outro lado, um decisivo impulso ao ordenamento e definição da propriedade da terra e à libertação dos camponeses das servidões feudais da gleba sob a égide do poder central. Ordenadas já por seu avô, Afonso II, as Inquirições haviam provocado a ira generalizada de nobres e bispos: tratava-se do levantamento feito por agentes do rei da situação de propriedade da terra, da legitimidade da sua posse, da legitimidade de invocadas doações ou outros direitos.



D. Dinis, o «Lavrador»

interno. Paralelamente, D. Dinis decreta a utilização da língua portuguesa em todos os diplomas legais em detrimento do latim, utilizado até à data. Para além do carácter nacional da medida, ela correspondia igualmente a um afastamento da esfera religiosa da sociedade portuguesa.

E ainda, apoiando o desenvolvimento do comércio interno, multiplicam-se as feiras e o rei concede privilégios a diversas terras do país para a realização de feiras-francas (mercados que saíam marcadamente dos condicionalismos feudais).

### A política económica

No campo da agricultura, as medidas de D. Dinis assumem características assinaláveis: num pequeno território como o português, o rei legisla sobre as condições de trabalho e posse da terra de acordo com as características económicas e políticas de cada região do reino, introduzindo formas de empraçamento diferentes no Douro, em Trás-os-Montes, na Beira, no Alentejo, na Estremadura.

Correspondendo às exigências e à luta da burguesia ascendente, fomentou-se a exploração mineira, a beneficiação de vastos terrenos agrícolas, a construção naval e a criação de uma frota nacional.

Com vista à criação de quadros que pudessem servir o desenvolvimento do Estado no campo político e técnico, são criados os Estudos Gerais, a primeira universidade portuguesa.

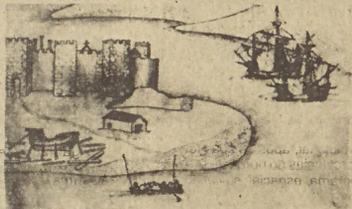
E ainda, apoiando o desenvolvimento do comércio interno, multiplicam-se as feiras e o rei concede privilégios a diversas terras do país para a realização de feiras-francas (mercados que saíam marcadamente dos condicionalismos feudais).

### A cultura e a família

D. Dinis foi ainda um notável poeta e a sua corte um centro cultural de assinalável relevo na época.

De D. Dinis há ainda a dizer que foi casado com Isabel de Aragão, que passaria à História como Rainha Santa. As crónicas rezam de seus milagres, mas convém sublinhar que neste período rico de factos decisivo para o futuro político, económico e social do país, a rainha foi diversas vezes um elemento importante e interveniente, contribuindo a sua acção para atenuar contradições graves, nomeadamente no próprio seio da família real.

A política seguida no reinado de D. Dinis marca a ascensão da burguesia portuguesa, que conduziu à Revolução de 1383/85, bem como a consolidação do Estado português, dando forma a realidades nacionais que, ao longo dos séculos que se seguiram, vieram a determinar e influenciar a evolução de Portugal.



O reinado de D. Dinis assinalou alterações importantes no quadro económico português: na agricultura na qual se consolidaram novas formas de posse e exploração da terra (em cima à esquerda, uma gravura medieval sobre a celta), nos ofícios urbanos (à esquerda, trabalho dos importantes tanoeiros), no comércio interno (em baixo à esquerda, o almocreve, primeiro elemento a romper o isolamento das muralhas feudais) e no comércio externo (uma imagem da construção e tráfico naval que soltaram assinalável impulso neste período)

### Os Templários e as Inquirições

Para além das concordatas, a acção diplomática do rei averba um notável triunfo, ao obter a passagem dos bens da Ordem dos Templários (extinta pela Santa Sé) para uma ordem militar portuguesa para o efeito criada, a Ordem de

Para além dos processos de reorganização que determinaram, as Inquirições assumiram o decisivo papel de conceder ao poder real o papel de legitimidade e definição da legalidade da posse da terra e de lhe garantir o apoio dos camponeses libertados e da burguesia que beneficiava das novas condições de mercado e mobilidade do comércio

actividade política e legislativa. É ainda durante o seu reinado determinado que das decisões de qualquer juiz (incluindo os nobres e clérigos com direito de julgar) caiba sempre recurso ao rei, atribuindo assim a este também a cabeça do aparelho de justiça, até então disseminado nos meandros da sociedade feudal.

# Ano Internacional da Criança (AIC)

## O apoio das autarquias

As comemorações do Ano Internacional da Criança (AIC) estão a despertar a atenção de um número cada vez maior de autarquias locais. Como se pode verificar pelas tomadas de posições públicas, esse empenhamento ocorre fundamentalmente nas zonas onde as forças democráticas detêm posições significativas nos órgãos de poder local.

A Comissão Coordenadora da Comissão Nacional da Aliança Povo Unido apelou já, aliás, para que todos os democratas eleitos para as autarquias locais, as organizações populares e os activistas da APU se mobilizem para a resolução do maior número possível de problemas e carências que se reflectam na vida das crianças portuguesas, no âmbito da luta por uma política democrática que contribua para a realização prática dos direitos da criança.

Apelando aos órgãos de comunicação social para que dêem cobertura às actividades do Ano Internacional da Criança, a APU faz notar que a divulgação pública das acções a realizar não só facilitará a generalização de experiências como, por outro lado, irá favorecer a necessária sensibilização da opinião pública e das entidades oficiais para os enormes problemas das crianças do nosso país e para a elevada capacidade de realização dos órgãos locais democráticos e do movimento popular.

As iniciativas dos órgãos de poder local começam a surgir um pouco por todo o país. Assim, as freguesias de Póvoa de Santa Iria e de Vialonga (distrito de Lisboa), por iniciativa da respectiva Junta, constituíram comissões unitárias, que englobam organizações populares de base, e têm já um

calendário de realizações para todo o ano. Também a freguesia de Santo Ildefonso, na capital nortenha, incluiu no seu programa para o corrente ano a construção de um centro infantil e juvenil, bem como um jardim infantil com capacidade para 75 crianças.

Em Oeiras, a Assembleia Municipal aprovou uma moção, proposta pela APU, com vista à celebração do AIC. Em Lisboa, a Assembleia Municipal aprovou a formação de uma Comissão para o AIC, o mesmo sucedendo em Sintra e em Torres Vedras, onde a Assembleia Municipal recomendou ao respectivo executivo para que integre nos seus programas iniciativas relativas a esta matéria.

Em Évora, as comemorações do Ano Internacional da Criança começaram no passado domingo, com a distribuição à população de exemplares dos Direitos das Crianças, realização de um concerto no Teatro Garcia Resende pela Orquestra Infantil de Acoredeiros da Academia de Amadores de Música Eborense e a representação da peça "Os Palhaços", pelo grupo "Unidade-Infância" do Centro Cultural de Évora.

Na segunda-feira, esteve aberta ao público, naquela cidade, uma exposição de desenhos infantis subordinada ao tema "os palhaços e a criança".

A Câmara Municipal de Setúbal encontra-se igualmente empenhada nas comemorações do AIC, projectando melhorar a ajuda prestada à Associação de Pais e Amigos das Crianças Diminuídas Mentais, apoiar a construção de uma nova escola na Quinta da Serralheira e alargar a rede de parques infantis, segundo os planos de várias freguesias.

## Abril e as crianças

Defender no Ano Internacional da Criança (AIC) o que as crianças já conquistaram com a revolução democrática aberta em 25 de Abril, lutar por novas conquistas — eis o que se exige dos comunistas, de todas as forças democráticas e de todos os que querem conquistar para a infância uma vida melhor.

Defender as creches, os jardins de infância, os centros de ocupação dos tempos livres que, desde Abril, nasceram sob a acção de milhares e milhares de mãos unidas no mesmo esforço; impulsionar mais e mais a força organizada do movimento popular — Comissões de Trabalhadores, Comissões de Moradores, Comissões

de Mulheres, Comissões de Jovens e outras —, o movimento sindical, as autarquias, para novas realizações, todas elas dirigidas no mesmo sentido: conquistar uma infância feliz e para isso e por isso também, conquistar um Portugal livre e democrático.

No Ano Internacional da Criança defender Abril!

O que significa esta direcção de luta?

Significa: Defender, mantendo e ampliando, as transformações vividas pelos filhos dos trabalhadores dos campos e das fábricas, que viram, por todo o País, em freguesias e lugares, abrirem-se creches, levantaram-se escolas, que tiveram acesso a um novo tipo de alimentação — eles que tanto sofriam a fome qualitativa, quando não quantitativa —, onde o sabor da carne, do leite, dos ovos não são já privilégio da mesa dos agrários e capitalistas ou

das camadas mais favorecidas da população. Defender as crianças — fundamentalmente as das zonas não urbanas — que tendo experimentado um consumo mais ou menos regular de proteínas — carne, leite, ovos — e vitaminas-frutas e legumes — vêm de novo esta dieta empobrecida em virtude do desemprego dos pais, da carestia de vida, da falta de géneros provocada pela especulação e a sabotagem.

Defender as creches que erguidas por acção popular vão sendo encerradas pela acção de capitalistas e agrários.

Defender o que se construiu e nesta defesa encontrar as forças para novas construções. Mas esta defesa, estas novas realizações que urge impulsionar passam, são parte integrante de uma defesa mais vasta: A defesa de salários justos, a defesa de um nível de vida digno, cada vez em maior risco com o aumento galopante do custo de vida, a defesa dos postos de trabalho ameaçados nos

campos pelas reservas e pelas dificuldades que estrangulam os pequenos e médios agricultores, e nas cidades pelas desintervenções e os ataques às nacionalizações; a defesa de rios, postos de trabalho, a defesa do direito à saúde e à assistência médica, a defesa do direito à habitação.

### No Ano Internacional da Criança defender Abril!

Significa, em síntese: A Defesa dos Direitos da Criança lutando para que estes sejam uma prática quotidiana, o que só é possível numa sociedade liberta da exploração.

Defender no AIC as conquistas de Abril, mantendo firmes as transformações na vida das crianças portuguesas desde 1974, abrir, com essa defesa, os caminhos de novas conquistas para a infância no nosso país — eis a tarefa de todos os comunistas, de todas as forças democráticas e progressistas e de todos os que pretendem para todas as crianças conquistar o direito à infância.



Um dia todas as crianças do mundo crescerão felizes e em liberdade, numa sociedade mais justa e mais tratada

No passado dia 7 do corrente, em Monte Gordo, Algarve, o núcleo de Vila Real de Santo António dos Pioneiros de Portugal, em conjunto com o Grupo Desportivo «Beira-Mar», realizou várias iniciativas comemorativas do Ano Internacional da Criança: da parte da manhã houve futebol e, à tarde, uma festa no Cinema Mariani, com teatro apresentado pelos Pioneiros e canções. Participaram ainda três elementos do grupo «Vozes de Abril». Na festa participaram cerca de 300 pessoas, duzentas das quais eram crianças.

Semana

3 Quarta-feira 1925 — Trotski é demitido das suas funções.

Enquanto prosseguem violentos confrontos entre manifestantes e as forças repressivas do Irão, o primeiro-ministro indigitado, Chapur Baktiar, afirma que o Xá aceitou partir para «descansar» no estrangeiro e será formado um «conselho de regência»... Hu Yaobang, membro recentemente eleito para o Politburo do PC da China, é nomeado secretário-geral do PCC e director dos Serviços de Propaganda... As forças da Frente Unida de Salvação Nacional de Kampuchea (FUSNK) mantêm sob cerco a cidade de Kompong Cham e avançam para a Phnom Penh, a capital...

4 Quinta-feira 1961 — Ruptura entre os EUA e Cuba.

A vaga de frio que assola a Europa vem acompanhada de ventos ciclónicos e já deu origem a meia centena de mortos confirmados... O Iraque desmente a notícia dada por um jornal do Kuwait de que 18 soldados comunistas foram executados no Iraque no passado mês de Dezembro... Os presidentes dos EUA e França, o chanceler da RFA e o primeiro-ministro da Grã-Bretanha iniciam em Guadalupe, uma ilha francesa nas Caraíbas, uma cimeira para «conversações de vasto alcance»...

5 Sexta-feira 1905 — Domingo Sangrento em St. Petersburgo, na Rússia: as tropas disparam contra uma multidão pacífica que pedia a protecção do Czar.

O funeral do general Ortin Gil é pretexto para a maior manifestação de hostilidade à democracia até agora realizada na Espanha pós franquista por indivíduos da extrema direita e elementos fardados das FFAA... Vinte e oito chefes da Maíia são condenados a penas de prisão até 11 anos, em Itália, num julgamento que, pela primeira vez, desafiou seriamente o seu poder no controlo de grandes áreas da economia do sul de Itália... O jornal madrilenho «El País» informa que os EUA começaram, em 1 de Janeiro, a retirada do seu armamento nuclear instalado em território espanhol, como estava previsto no tratado de amizade e cooperação assinado entre os dois países em 1976... O governo militar do Peru declara o estado de emergência e suspende as liberdades constitucionais... A Frente Unida de Salvação Nacional de Cambodia (FUSNK) afirma que controla actualmente um terço do território nacional, após as suas forças terem ocupado quatro capitais das províncias do nordeste do país...

6 Sábado 1930 — Fundação do Partido Comunista da Índochina, depois Partido dos Trabalhadores do Vietnã.

O primeiro-ministro sionista Menahem Begin declara que Israel, apesar do acordo de Camp David, continuará a estabelecer novos colonatos na ocupada margem ocidental do Jordão... Emissoras da Costa Rica informam que se registaram confrontos entre tropas do ditador Somoza, da Nicarágua, e comandos da Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN)... O grupo parlamentar comunista da Assembleia Constituinte do Peru apresenta uma moção que exige que se considere o embaixador do Chile no país, Buñes Sanfuentes, «persona non grata»... O Comité Político Permanente do Comité Central da FRELIMO qualifica como escalada conducente a uma guerra total as agressões armadas lançadas nos últimos dois meses pelo regime racista da Rodésia contra a República Popular de Moçambique... O presidente Mobutu, do Zaire, chega a Bruxelas para uma visita particular de três dias, durante a qual manterá contactos com membros do governo belga; círculos oficiais consideram esta visita ligada ao plano de ajuda ao Zaire de Mobutu por parte de países ocidentais... Termina a «Cimeira» de Guadalupe entre os chefes de Estado e de Governo dos EUA, França, RFA e Grã-Bretanha que, segundo o comunicado conjunto, revelou «identidade de propósitos nos quatro participantes».

7 Domingo 1918 — Abre o I Congresso Pan-Russo, reunião geral de todas as repúblicas russas.

As forças populares entram vitoriosas e sem disparar um tiro em Phnom Penh, capital do Cambodia, onde flutuam já as bandeiras revolucionárias da Frente de Unidade Nacional para a Salvação do Cambodia (FUSNK), tendo o regime de Pol-Pot entrado em colapso total... Grandes manifestações em Teerão repudiam o recém-empossado governo de Shapur Baktiar... O rei espanhol Juan Carlos critica duramente os militares de extrema-direita que se manifestaram contra o governo durante o funeral do governador militar de Madrid... Dirigentes sindicais do Peru anunciam continuar a preparar a realização duma greve geral de três dias, apesar do estado de emergência decretado pelo governo

8 Segunda-feira 1961 — Em França realiza-se um Referendo sobre a política argelina do governo.

A Frente de Unidade Nacional para a Salvação do Cambodia anuncia o controlo da totalidade do território do país e a formação do Conselho Popular Revolucionário do Cambodia, presidido por Heng Samrin... É anunciado oficialmente que a Argentina e o Chile aceitaram a mediação da Santa Sé no diferendo que opõe as duas ditaduras militares sobre o canal de Beagle... Guerrilheiros sandinistas atacam postos fronteiriços da Nicarágua... Dezenas de milhares de pessoas reúnem-se no centro de Pequim para prestar homenagem ao primeiro-ministro Chu En-lai, no 3.º aniversário da sua morte, e lançam novos apelos à democracia e aos direitos humanos na China... O porta-voz do Departamento de Estado dos EUA informa que o general Robert Huyser, comandante-adjunto das forças americanas na Europa, prolongará a sua estadia no Irão para «encorajar o Exército iraniano a apoiar o novo governo de Chapur Baktiar»

1919 — Greve geral em Buenos Aires de protesto contra o assassinato de grevistas pela polícia dois dias antes; no funeral participam 200 000 trabalhadores que, alvejados, reagem assaltando o arsenal e dando combate.

9 Terça-feira Em Espanha um juiz do Supremo Tribunal de Madrid, Miguel Cruz Cuenca, é assassinado a tiro por dois desconhecidos, frente à sua residência... Tanques do Exército saem às ruas da capital do Peru para controlar a greve de 72 horas marcada para hoje pela CGTP do Peru, a mais forte central sindical do país

Espanha: quem quer a intervenção do Exército?

Oficiais espanhóis fizeram a saudação fascista, nas cerimónias fúnebres do governador militar de Madrid, general Ortin Gil, assassinado por elementos da ETA, enquanto mais de um milhar de manifestantes fascistas queimavam bandeiras bascas e exigiam a demissão do governo e do ministro da Defesa, gritando: «Exército ao poder».

Ortin Gil era conhecido como «apolítico» e que, em Espanha, é a classificação atribuída aos militares que defendem a neutralidade das Forças Armadas face à evolução política do país. O assassinato cometido não o visava como personalidade da extrema-direita, mas simplesmente como militar, na linha preconizada pela ETA de ataque à «hierarquia das Forças Armadas espanholas».

Esta linha de acção — ou a sua acentuação, pois no período que vem desde Setembro de 1977, data do início dos trabalhos constitucionais, foram assassinados pela ETA cinco chefes e oficiais gerais com comando de tropas — visa claramente provocar uma intervenção do Exército que, na óptica expressa pela ETA, levaria a um levantamento popular.

«Exército ao poder» — gritaram os fascistas, no funeral de Ortin Gil.

Comunistas norte-americanos denunciam política de Pequim

O Comité Central do Partido Comunista dos Estados Unidos dirigiu há dias uma carta aberta aos actuais dirigentes da China, que constitui uma importante e oportuna denúncia da política externa de Pequim, objectivamente coincidente com a política praticada pelo imperialismo, facto que, como PC dos EUA, destaca, se manifestou «no momento em que os Estados Unidos intensificaram, nos anos sessenta, os actos de agressão contra Cuba».

Apoio ao Chile fascista

O apoio dado por Pequim aos EUA ficou nitidamente comprovado na altura do golpe militar fascista no Chile, organizado e dirigido por uma aliança da CIA com as multinacionais norte-americanas e elementos fascistas. O imperialismo americano tentou, em vão, demolir a frente internacional de luta contra a Junta

antecedido de grandes manifestações fascistas e de uma tentativa de golpe da extrema-direita. A ala direita da Igreja exigiu que os católicos repudiássem a nova Lei Fundamental, onde estão inscritas importantes conquistas do povo espanhol. Não ser negociados em Janeiro milhares de contratos colectivos, que afectam mais de quatro milhões de trabalhadores, tendo o governo entretanto feito aprovar pelas Cortes, com o voto contrário do PSOE e do PCE, um decreto-lei que limita os aumentos salariais a um nível já inferior às reivindicações e propostas dos trabalhadores. Estão marcadas eleições gerais para 1 de Março e eleições municipais para 3 de Abril, ficando, durante o período eleitoral, suspensa no Parlamento o debate de problemas tão importantes como a autonomia basca e catalã e o plano económico, entre outros.

E, entretanto, a onda terrorista cresce: 91 mortos em 1978, dois terços dos quais no País Basco. Atentados contra militares, contra a polícia, e também contra organizações de esquerda, contra sedes de

partidos e sindicatos progressistas, atentados que atingem ou afectam a população em geral, como o atentado bombista no metropolitano de Madrid, reivindicado pela organização provocatória GRAPO.

Quem sai beneficiado? Não foi declarado o estado de emergência. Oficialmente exige-se disciplina no Exército. Mas no dia do referendo, havia polícia no Palácio dos Congressos, nos 42 481 centros eleitorais. A polícia, a Guarda Civil, militares guardavam centros industriais, centros ferroviários, depósitos de petróleo, aeroportos. E a lei antiterrorista será agora plenamente aplicada. Com os prejuízos inerentes para as forças de esquerda: as leis antiterroristas nas mãos dos governos da burguesia, são uma boa arma contra as forças progressistas. E isto em pleno período eleitoral, quando uma maior vigilância policial criará inevitavelmente um clima de retraimento só favorável às forças de direita. A mesma direita que invocando o Exército, exige «ordem», a «ordem» do poder do fascismo, enquanto joga, de facto, no terrorismo.

Relações China-EUA

«O nosso Partido foi sempre favorável à normalização das relações entre os EUA e a China. Mas somos obrigados a exprimir a nossa inquietação perante o facto de o estabelecimento de relações diplomáticas e comerciais entre os EUA e a China se concretizar no contexto do apoio de Pequim ao imperialismo americano».

«A China transformou-se na principal força ideológica do imperialismo mundial ao apoiar os EUA e a NATO e ao tentar sabotar a construção do socialismo e os movimentos de libertação nacional».

Apologistas da guerra

«Os líderes chineses substituíram as concepções de luta contra o imperialismo por outras de apoio aberto e cooperação com este, exaltando o ideal absurdo e irresponsável, de que «cada geração deve viver a sua própria guerra».

«As declarações provocatórias de Pequim fazem o jogo do imperialismo, o que explica a decisão de Washington de acelerar os fornecimentos à China de tecnologia militar, a ser utilizada com fins agressivos. Ao mesmo tempo, Washington encoraja as potências da Europa Ocidental a fazerem o mesmo».

Irão: novo governo, velha política

Shapur Baktiar, actual primeiro-ministro do Irão, afastado da Frente da Oposição como traidor, é hoje o homem em que joga o governo de Carter.

As afirmações e as atitudes entretanto assumidas por Baktiar têm o carácter dúbio inerente a uma política que visa manter as estruturas, obtendo a «paz» social mediante uma criteriosa combinação de repressão e promessas.

Baktiar «reza» para que a monarquia goze de saúde e longa vida, discute «férias» com o Xá, e desdobra-se em promessas de democracia: dissolução do ramo político da tenebrosa policia SAVAK, libertação de presos políticos, legalização das forças políticas da oposição, abolição gradual da lei marcial. Algumas medidas completam o quadro: uma jornada de luta pelas vítimas da repressão, o convite ao ayatollah Khomeini para regressar ao país. E mais promessas: recusa de vender petróleo a Israel e à África do Sul (petróleo que poderá bem seguir via EUA). A par da demagogia uma recusa significativa: não aos comunistas, não à legalização do Partido Tudeh.

Os EUA encontraram o seu homem. Mas o povo do Irão não tem nem o seu governo, nem as suas exigências atendidas. Por isso a luta continua. Imediatamente a seguir à imposição do novo governo civil, as forças da oposição convocaram uma greve geral. Teerão ficou completamente paralisado. Os manifestantes que percorriam as ruas exigiam a saída do Xá.



Proseguem as manifestações e as greves. Para substituir o Xá, os EUA encontraram o seu homem, no qual o povo do Irão não tem confiança

Egritavam: «Morte a Baktiar, lacaio dos imperialistas americanos». A demagogia não obteve os frutos desejados. A paralisação de Teerão é um exemplo.

«direitos humanos») não hesita em enviar quase oficialmente mais agentes da CIA para Teerão. Em forma, nos EUA, comissões destinadas a estudar a situação no país e as hipóteses alternativas favoráveis aos interesses de Washington. O subsecretário David Newson encabeça uma organização montada para analisar a situação iraniana; um grupo dos seus assessores estuda as hipóteses que se levantam no caso de afastamento definitivo do Xá do poder. A Casa Branca não se coíbe de manifestar abertamente o seu apoio ao governo de Baktiar, o homem que escolheu e impôs, apesar de algumas resistências nos meios militares.

«Mas os cálculos estão a falhar. A «paz social», a «estabilidade» exigidas pelos EUA, continuam bem longe de se impor nas ruas das cidades iranianas. E — o que é decisivo — as torneiras do petróleo estão fechadas para a exportação. O que agrava as dificuldades do mundo capitalista no seu conjunto e surge como um novo elemento no contexto de África e do Médio Oriente (Israel, por exemplo, recebia 65% do seu combustível do Irão). Na estreita inter-relação da vida política internacional, cada golpe desferido no poder do capital tem fundos repercussões no próprio sistema e no equilíbrio mundial de forças.

«A saída de Haig da NATO pode, pois, significar algo de positivo para a causa do desanuviamento internacional e da paz. A menos que, como é sua insinuada intenção, consiga transferir os seus arreganhos belicistas para um outro pelouro — o da Casa Branca.

«As bombas nos EUA — Segundo o Departamento Federal de Controlo de Armas, Alcool e Tabacos dos EUA, o número de bombas que explodiram neste país em 1978 elevou-se a 1524 (mais 127 que no ano anterior) e 78 pessoas morreram em consequência de actos terroristas (menos 49 que no ano anterior).

Liberdade: palavra de ordem em Ásia e África

Sob a cortina de fumo dos regulamentares comentários Optimistas de alguns dirigentes de países capitalistas, renovando as suas promessas de um fim próximo da crise, o que ressalta na cena política internacional é um generalizado pulsar da luta das massas trabalhadoras. Na Nicarágua, novas acções contra o regime de Somoza, confirmam que a sangrenta repressão do levantamento popular, momentaneamente sufocado com um genocídio, não conseguiu destruir a estrutura da resistência popular. A greve do aço, que se arrasta na RFA, ameaça ter as suas repercussões na indústria dos EUA. Em todos os continentes há importantes focos de luta.

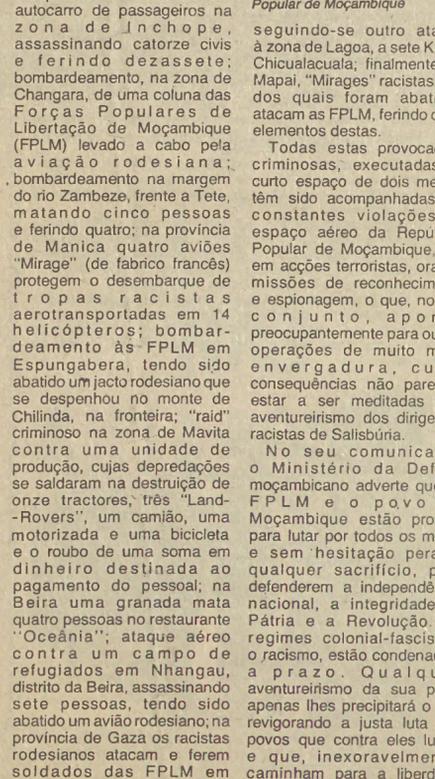
No ano que se inicia, três grandes centros se destacam na batalha pela liberdade e o progresso, contra a exploração, o racismo, o neocolonialismo: o Cambodia, o Irão, o Zimbabwe. Batalhas que se localizam em dois grandes continentes, pondo em causa regimes profundamente opressivos e as manobras neocolonialistas tendentes a perpetuá-los. O Cambodia ressalta como um caso à parte. Porque a fulminante luta pela libertação do país se concretizou já numa vitória. Porque o regime derrubado — com refinadas características antipopulares — era uma significativa concretização prática das teorias maioistas, e as suas repercussões quer no continente, quer a nível mundial, serão múltiplas. Porque a grande vitória alcançada pelo povo cambodjano é denegrida pela propaganda imperialista, e mesmo por sectores de esquerda onde pesam as deformações nacionalistas, e apresentada como a consumação de uma invasão.

No Zimbabwe trava-se uma batalha decisiva para todo o continente africano. Esforços de impor uma solução neocolonial, novas constituições, cuidadosamente cozinhadas para — votadas por brancos — serem impostas à maioria negra, fornecimentos de armas, mercenários, «conselheiros», violação das determinações da ONU de boicote económico: tudo tem sido tentado para evitar o colapso do regime de minoria branca num país riquíssimo, que constitui para além disso um importante ponto estratégico no continente. Mas o ritmo de fugas de colonos brancos — mil e oitocentas por mês — dá uma boa imagem do fracasso desses esforços. O trânsito ferroviário e rodoviário está interrompido. A maioria das explorações agrícolas foram abandonadas. Os guerrilheiros ocupam grandes áreas rurais (Robert Mugabe, vice-presidente da Frente Patriótica, declarou que a Frente controla quatro quintos do território). A próxima ofensiva, que já começou, dirige-se contra os centros urbanos, a capital em particular, e os sectores económicos.

«NEM Xá nem Shapur Baktiar» — a nova palavra de ordem dos manifestantes iranianos, revela a consciência do povo iraniano de que o novo governo, que traz o selo mal disfarçado de Washington, não passa de um logro. Tropas voltaram a disparar, mesmo quando da manobra demagógica de um dia de luto pelas vítimas da repressão, decidido pelo governo de Baktiar. E houve mais mortos. Um número indefinível na multidão que continua a reclamar o respeito pelos seus direitos espezinhados. Entre as multidões que mantêm o seu protesto e as suas exigências nas ruas das cidades iranianas, e os gabinetes da Casa Branca, vai o abismo sem fundo dos interesses antagónicos. Cabe ao povo iraniano, mais cedo ou mais tarde, a última palavra.

Moçambique na mira da provocação rodésiana

Em comunicado difundido no fim de semana passado, o Comité Político Permanente do Comité Central da Frelimo qualifica como «escalada conducente a uma guerra total» as agressões armadas lançadas nos últimos dois meses pelo regime racista da Rodésia contra a República Popular de Moçambique. Na mesma altura o Ministério da Defesa da RPM divulgou um outro comunicado, onde são descritas com minúcia as atrocidades e provocações dos racistas ao povo moçambicano nos últimos dois meses. Eis alguns exemplos: bombardeamentos próximo de zonas habitadas, tais como as cidades capitais das províncias de Tete, Manica e Sofala; sabotagem na linha férrea Beira-Moatize que, na zona de M'Chito, precipitou no rio M'Combezi uma locomotiva e quatro vagões, matando três tripulantes e ferindo dois; ataque terrorista contra um autocarro de passageiros na zona de Inchope, assassinando catorze civis e ferindo dezasseis; bombardeamento, na zona de Changara, de uma coluna das Forças Populares de Libertação de Moçambique (FPLM) levado a cabo pela aviação rodésiana; bombardeamento na margem do rio Zambeze, frente a Tete, matando cinco pessoas e ferindo quatro; na província de Manica quatro aviões «Mirage» (de fabrico francês) protegendo o desembarque de tropas racistas aerotransportadas em 14 helicópteros; bombardeamento às FPLM em Espungabera, tendo sido abatido um jacto rodésiano que se despenhou no monte de Chilinda, na fronteira; «raid» criminoso na zona de Mavita contra uma unidade de produção, cujas depredações se saldaram na destruição de onze tractores, três «Land-Rovers», um camião, uma motorizada e uma bicicleta e o roubo de uma soma em dinheiro destinada ao pagamento do pessoal; na Beira uma granada mata quatro pessoas no restaurante «Oceânia»; ataque aéreo contra um campo de refugiados em Nhangau, distrito da Beira, assassinando sete pessoas, tendo sido abatido um avião rodésiano; na província de Gaza os racistas rodésianos atacam e ferem soldados das FPLM em Machaila e Chipirire, e o progresso.



Mostram a amargura das agressões dos racistas rodésianos à República Popular de Moçambique

Breves notícias

● Estado de emergência no Peru — O governo militar do Peru decretou, na passada sexta-feira, o estado de emergência no país para assim tentar anular a greve geral de três dias decretada pela CGT do Peru, a mais forte central sindical do país, como protesto contra o aumento do custo de vida.

Na sequência do estado de emergência o Exército peruano assumiu o controlo militar das cidades de Lima (a capital), Iquitos, El Cuzco e Huancayo, ao mesmo tempo que eram suspensas as liberdades constitucionais, encerrados jornais de esquerda, feitas sem mandato detenções e buscas domiciliares, nomeadamente nas residências de Gustavo Espinosa, membro do CC do Partido Comunista Peruano e de numerosos dirigentes sindicais.

Esta acção repressiva do governo peruano abateu-se quase exclusivamente sobre forças, organizações, jornais e militantes de esquerda e sindicalistas de reconhecida combatividade na defesa dos interesses dos trabalhadores, o que bem traduz o carácter repressivo desta acção governamental, que assim e pela violência se pretende opor à luta popular contra o aumento do custo de vida que, sublinhe-se, foi de 75% em 1978, segundo dados oficiais.

A carreira meteórica deste general de 54 anos, que neste momento comanda as forças da NATO desde a Nonuega até à Turquia, começou em 1969 quando, ainda coronel e relativamente desconhecido, foi para Washington como ajudante do presidente Nixon na Casa Branca. Nixon e todos os seus colaboradores foram apançados na sequência do escândalo Watergate, mas Haig, inexplicavelmente, não apenas «escapou» como subiu vertiginosamente ascendendo, em 1972 e já promovido a general, a vice-chefe do Estado Maior do Exército dos EUA (passando à frente de muitos outros generais mais antigos) e mais tarde a comandante supremo das forças da NATO na Europa.

O general Haig pautou a sua actuação na NATO pelo espírito da guerra-fria, tendo sido sempre um decidido defensor dos interesses do complexo militar-industrial dos EUA nesse seu estilo de actuação. A «ameaça soviética», a «fragilidade» da NATO face ao Pacto de

# Cambodja: abertas de novo as portas do caminho para o socialismo

**N**O dia 7 de Janeiro, Phnom Penh, a capital do Cambodja, e todas as províncias do país foram libertadas da ditadura de Pol Pot pelo povo cambodjano, encabeçado pela Frente de Unidade Nacional para a Salvação do Cambodja. "A maior vitória alguma vez registada na história do Cambodja", como sublinha um comunicado da Frente.

A grande vitória alcançada pelo povo do Cambodja abre finalmente caminho à concretização da perspectiva do socialismo no país, põe fim a um regime opressivo que impusera às massas trabalhadoras cambodjanas formas de existência dificilmente concebíveis na era dos movimentos revolucionários e da revolução técnico-científica. A nível internacional, a vitória da Frente é um importante contributo para a paz no Sueste Asiático, extinguindo desde já o foco de guerra na fronteira do Cambodja com o Vietnam.

Nas suas grandes linhas, a propaganda burguesa apresenta a libertação do Cambodja da ditadura de Pol Pot como uma "invasão" por parte de tropas vietnamitas, como "uma luta entre comunistas". Baralha assim deliberadamente factos e ideias. A ditadura de Pol Pot é apodada de socialista como mais uma forma de denegrir o socialismo. A política externa de Pequim

é apresentada como inerente ao socialismo, quando na verdade coincide com a do imperialismo.

O povo cambodjano é apresentado como mero juguete entre interesses divergentes, sem vontade própria nem capacidade de acção — o que atesta uma vez mais do profundo e característico desprezo e subestimação, por parte do capital, pela acção e capacidade das massas. Tudo vale, aliás, para juntar razões que "justifiquem" se possível uma intervenção externa, o manter de um ponto de tensão ou, pelo menos, a calúnia contra o socialismo.

A verdade é que uma ofensiva vitoriosa que se consuma em 13 dias significa que um regime não tem qualquer apoio popular, significa que as forças que se lhe opõem é que contam com esse apoio. O povo cambodjano, ao longo de uma sangrenta guerra contra o imperialismo (que não regateia armas aos seus fantoches), já demonstrou que não é massa amorfa e sabe bater-se heróicamente pelo seu direito à liberdade. Provou-o contra Lon Nol. A clique actualmente derrubada contava com muito melhor armamento do que quando as forças revolucionárias cercaram Phnom Penh e expulsaram o governo-fantoches. Não foram as armas que faltaram ao governo de Pol Pot. Faltou-lhe, sim, o apoio popular das massas que responderam antes ao apelo da FUNSK: "É chegada a hora da revolução".



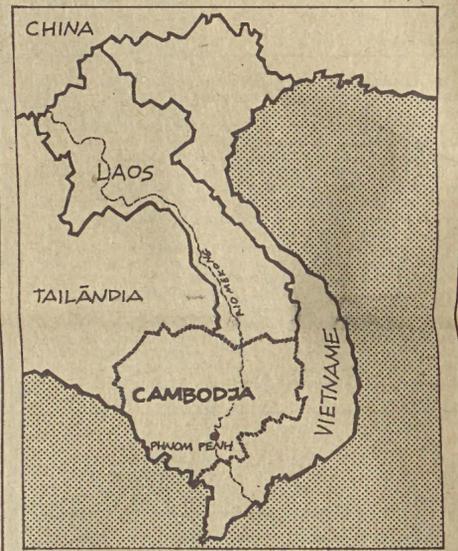
Nas últimas semanas do ano que findou, as forças da FUNSK, beneficiando de um amplo apoio popular, tinham vindo a infligir pesadas derrotas aos militares ainda fiéis à ditadura, avançando imparavelmente para a capital do país. Na foto: num comício realizado o mês passado numa região já libertada, o povo aclama o Comité Central da FUNSK

## Factos e números

O Cambodja (ou, mais rigorosamente, Kampuchea) tem uma superfície de 181 035 km<sup>2</sup> (o dobro da de Portugal) e sete milhões de habitantes (censo oficial de há dez anos). A capital e principal cidade é Phnom Penh, situada nas margens do rio Mekong a 280 km do mar.

O país é formado por uma vasta planície coberta de densas florestas (mais de metade do território total), limitada por pequenas montanhas e cortada pelo Mekong e seus numerosos afluentes. Os cambodjanos descendem do povo khmer, de origem malaia, existindo pequenas minorias de laucianos, vietnamitas e chineses. A religião predominante é a budista, havendo algumas dezenas de milhares de católicos.

A economia é sobretudo agrícola e florestal, consagrando-se cerca de nove décimos da população à agricultura. As principais culturas são o arroz, o milho e a batata, ocupando a extracção da borracha um importante lugar na economia nacional.



## O que a ditadura de Pol Pot fez do Cambodja

**TORNAR** reais os direitos à verdadeira liberdade e democracia e respeitar a dignidade do povo. Todos os cambodjanos têm direito de regressar às terras natais antigas e de reconstituir uma vida familiar feliz. Todos os cambodjanos têm direito de fixar livremente residência e de circular livremente pelo país, têm direito de eleger e de serem eleitos, o direito à liberdade de expressão, de associação e de religião, o direito ao trabalho, ao descanso e ao ensino. É garantida a todos os habitantes a liberdade individual. Todos os grupos nacionais são livres e iguais em

direitos, todos possuem deveres e direitos iguais — eis alguns dos objectivos do programa anunciado pela Frente hoje no poder. Um objectivo que revela a situação dramática a que a clique de Pol-Pot derrubada conduziu o país.

Sob a fachada de uma «revolução social radical em todos os planos» e de «purificação da sociedade», mas na verdade através do esmagamento momentâneo da vontade popular, pela liquidação física dos quadros revolucionários, um regime de terror, e a dispersão da população dos centros urba-

nos, o governo de Pol-Pot impôs ao Cambodja, imediatamente após a libertação do regime fantoches de Lon Nol, um regime profundamente opressivo, que em linhas gerais consistia na concretização das teorias maistas

Esta política preconizava e acentuava o despovoamento geral das cidades e o desenraizamento físico e cultural das populações, obrigadas a uma incorporação em «comunhas» agrícolas, onde arrastavam uma vida de fome e miséria.

Foram cortados os laços de parentesco entre filhos e pais,

entre marido e mulher, entre irmãos, e irmãs, e destruídas as aldeias. A cooperativização forçada concretizou-se também na obrigatoriedade de as pessoas, por grupos, comerem e dormirem juntas, sendo confiscados mesmo os bens de consumo, exigindo-se um trabalho superior à capacidade física de cada um a troco do mínimo de alimentos e roupas

As tradições e a cultura antiga do país foram espezinhadas, assim como liquidada a liberdade religiosa e destruídos os templos e pagodes budistas. Os estabelecimentos escola-

res a nível secundário e superior foram encerrados, as escolas primárias reduzidas ao mínimo. A rádio e o telégrafo não funcionavam. Um único jornal saía de 10 em 10 dias.

As Forças Armadas Revolucionárias foram transformadas em mercenários das autokratias chinesas, em instrumento de repressão contra o movimento revolucionário popular. Todos os adolescentes, a partir dos 14 e mesmo dos 13 anos de idade, eram obrigados a ingressar no Exército.

Quando as forças revolucionárias da Frente entraram em Phnom Penh, a capital do Cambodja, que anteriormente contava com dois milhões de habitantes, estava reduzida a 200 mil. Os revolucionários entraram sem um tiro, pondo a nu as falsidades dos «massacres sangüinários» propalados pela propaganda reaccionária. O povo cambodjano não tinha nenhuma razão para defender um tal regime. Antes lhe sobravam razões para o derrubar. Foi o que fez. Para que finalmente a liberdade por que lutou e por que tantos morreram se concretize

## Breve cronologia

**PROTECTORADO** francês até 1949, depois monarquia autónoma no quadro da União francesa, o Cambodja é independente desde 1955. Recordemos algumas datas importantes da história recente.

● 1963 — Procurando salvaguardar a independência do país e manter a neutralidade perante os graves conflitos que assolam a zona, o Cambodja rejeita propostas de «ajuda» dos Estados Unidos e estabelece contactos com os países socialistas.

● 1970 (Março) — Um golpe de Estado reaccionário depõe o príncipe Norodom Sihanuk e impõe ao país um regime de direita apoiado pelos EUA. Inicia-se a resistência popular armada, sob a direcção dos Khmeres Vermelhos.

● 1970 (Abril) — Os exércitos norte-americano e sul-vietnamita invadem e ocupam o país.

● 1970 (Outubro) — É proclamada a República.

● 1972 (Junho) — O marechal reaccionário Lon Nol ascende à presidência da República.

● 1973 (Agosto) — Os tribunais norte-americanos ordenam que as tropas dos EUA ponham fim aos bombardeamentos maciços contra as zonas libertadas pelos Khmeres Vermelhos.

● 1975 (Abril) — Os Khmeres Vermelhos derrotam o imperialismo estrangeiro e a clique de Lon Nol, libertando o país, abrindo para o povo a era da independência, da liberdade e do socialismo. Em Setembro Sihanuk regressa ao Cambodja e torna-se chefe de Estado.

● 1976 (Abril) — Sihanuk demite-se do seu cargo e Pol-Pot assume o poder. É instaurado um regime ditatorial, militarista e fascista, sem precedentes na história do país, com o incentivo e o apoio das autoridades chinesas.

● 1978 (Janeiro) — As provocações fronteiriças contra o vizinho Vietnam assumem grande escala, ainda que o seu início date já do tempo de Sihanuk. Entretanto, este vive no país em regime de «prisão dourada».

● 1978 (3 de Dezembro) — É anunciada a criação da Frente de Unidade Nacional para a Salvação do Cambodja (FUNSK) que apela à resistência e à luta popular e afirma: «O nosso povo saberá edificar um Cambodja pacífico, independente, democrático, neutro, não-alinhado e caminhando para o socialismo!»

● 1979 (7 de Janeiro) — A Frente anuncia a completa libertação do país, alcançada rapidamente devido ao grande apoio popular. É formado o Conselho Revolucionário Popular do Cambodja, dirigido por Heng Samrin, presidente do Comité Central da FUNSK.



A luta dirigida pelos Khmeres Vermelhos que conduziu à vitória sobre o imperialismo em Abril de 1975 encontrou um amplo apoio popular. Na foto: uma unidade feminina

## O que é a FUNSK e que programa defende

**N**O dia 3 de Dezembro de 1978, nasce a Frente de Unidade Nacional para a Salvação do Cambodja (FUNSK). A sua formação surge como uma etapa inevitável na luta do povo cambodjano pela libertação, pela construção de um Cambodja pacífico, independente, democrático, a caminho do socialismo.

A FUNSK une todas as nacionalidades do país, todas as forças patrióticas, primeiro pelo derrubamento da ditadura de Pol Pot, hoje pela construção de um país democrático, independente, socialista. Para cumprir a sua missão histórica, a FUNSK preconiza um amplo programa, com fundas repercussões a nível nacional e internacional.

### Democracia e defesa da revolução

- Realizar eleições gerais para uma Assembleia Nacional, reorganizar o poder democrático e popular a todos os níveis, elaborar uma nova Constituição que garanta os direitos do povo e uma verdadeira igualdade, liberdade e democracia e instituir uma legislação de um Estado independente e democrático rumo ao socialismo.
- Desenvolver um Exército revolucionário que, juntamente com a população, deverá defender o poder revolucionário, a vida e os bens da população, defender a Pátria cada vez mais eficazmente e manter firmemente a independência, a soberania e a integridade territorial do Cambodja.
- Tornar reais os direitos à verdadeira liberdade e democracia e respeitar a dignidade do povo. Todos os cambodjanos têm o direito de regressar às terras natais e de reconstituir uma vida familiar e feliz. Todos os cambodjanos têm direito de fixar livremente residência e de circular livremente pelo país, têm o direito de eleger e de serem eleitos, o direito à liberdade de expressão, de associação e de religião, o direito ao trabalho, ao descanso e ao ensino.

É garantida a todos os habitantes a liberdade individual. Todos os grupos nacionais são livres e iguais em direitos e deveres iguais.

### Reconstrução económica

- Conduzir uma política económica independente e soberana para avançar rumo ao verdadeiro socialismo, reconstruir o país arruinado pela guerra, restaurar a economia nacional minada pela clique deposta. A nova economia serve os interesses do povo, baseada no desenvolvimento da agricultura e da indústria; é uma economia planeada com mercados correspondentes às necessidades do progresso social.
- Anular a obrigação de as pessoas trabalharem e comerem em comum, revogar a política de apreensão de arroz e bens da população. Encorajar as formas de entrelajada e cooperação com base no livre consentimento dos camponeses, a fim de imprimir um forte impulso à produção e elevar o nível de vida da população.
- Fundar a Banca, emitir moeda, restaurar e desenvolver a circulação de mercadorias, desenvolver o comércio no país e intensificar as relações económicas com todos os países na base da igualdade e vantagens recíprocas.
- Abolir o regime de trabalhos forçados, estabelecer a jornada de trabalho de 8 horas e pagar os salários de acordo com o princípio de «a cada um segundo o seu trabalho».

### Uma nova política social e cultural

- Suprimir o casamento forçado, garantir a liberdade de casamento, restaurar a vida familiar baseada na harmonia. Assegurar a igualdade entre homens e mulheres, criar todas as condições favoráveis às mulheres para que possam obter instrução, aperfeiçoar-se

na sua profissão e servir a sociedade ao lado dos homens.

Prestar assistência aos inválidos da guerra, às famílias dos que tombaram no campo de batalha, às famílias que deram uma contribuição de valor para a Revolução.

Proteger a saúde da população, garantir a assistência aos anciãos,

doentes e órfãos desprotegidos.

Defender os legítimos interesses dos cidadãos cambodjanos no estrangeiro, aplicar uma política justa em relação aos cidadãos estrangeiros no Cambodja.

● Liquidar toda a cultura reaccionária. Edificar uma nova cultura de carácter nacional e popular. Liquidar

o analfabetismo, desenvolver a educação nacional, construir estabelecimentos de ensino geral, de ensino superior e escolas médias. Empregar os cientistas, técnicos, artistas e homens de cultura de acordo com os seus méritos.

Restaurar e conservar a herança histórica, os parques, os pagodes danificados e destruídos.

● Oferecer acolhimento cordial e criar condições favoráveis aos oficiais e soldados, aos quadros e empregados do Exército e da administração reaccionária que se colocarem ao lado do povo. Castigar os chefes reaccionários. Aplicar uma política de clemência para os que se arrependem sinceramente. Recompensar os que ostentam distinções militares em defesa da Revolução.

### Uma política externa de paz e amizade

- Realizar uma política externa de paz, amizade e não-alinhamento nas relações com todos os países, sem distinção de regimes políticos e sociais, com base na coexistência pacífica e respeito mútuo pela independência, soberania, integridade, não-interferência nos assuntos internos de outrem, igualdade e vantagens recíprocas.

- Resolver todos os diferendos com os países vizinhos através de negociações pacíficas, com base no respeito mútuo pela independência, soberania e integridade territorial. Por fim ao conflito fronteiriço com o Vietnam, desencadeado pelos dirigentes derrubados. Restabelecer as relações de amizade, de cooperação e boa vizinhança com os países do Sueste Asiático, contribuir para edificar um Sueste Asiático pacífico, independente, livre, neutro, estável e próspero. O Cambodja não faz parte de nenhuma aliança militar e não permite a nenhum país estabelecer bases militares nem introduzir equipamento militar no território do Cambodja.
- Intensificar a solidariedade com as forças revolucionárias e progressistas do mundo inteiro. Apoiar firmemente a luta comum dos povos pela paz, independência nacional, democracia e progresso social, contra o imperialismo, contra o colonialismo e o neocolonialismo. Reforçar as relações de amizade e cooperação com os países socialistas.



Heng Samrin, presidente do Comité Central da FUNSK e do Conselho Revolucionário Popular (à esquerda) e Chéa Sim, vice-presidente do CC da Frente e responsável no Conselho pelos assuntos internos do país

## Os novos dirigentes do Cambodja

«O poder revolucionário pertence agora ao povo cambodjano. De harmonia com as aspirações do povo do Cambodja, foi formado o Conselho Revolucionário Popular para gerir os assuntos internos e externos» — afirmava a rádio da FUNSK a 7 de Janeiro, dia da vitória.

O Conselho é formado por oito membros, encarregados de sectores como os Negócios Estrangeiros, Assuntos Internos, Defesa, Informação, Economia, Educação e Saúde e Assuntos Sociais.

Três dos oito membros do Conselho pertencem ao Comité Central da Frente de Unidade Nacional para a Salvação do Cambodja. Trata-se de Heng Samrin, de 45 anos (que preside ao Conselho Revolucionário), comandante de Divisão do Cambodja Democrático; Hun Sen (Negócios Estrangeiros), antigo chefe do Estado-Maior e comandante-adjunto de Regimento; e Chéa Sim (Assuntos Internos), antigo membro da Assembleia de Representantes do Povo.

O CC da FUNSK tem catorze membros, incluindo militares, trabalhadores e sindicalistas, um bonzo budista, um engenheiro, uma médica, um professor e um jornalista.